



Propriedade do Movimento Justiça e Democracia, C.R.L. • Director: Agostinho Soares Torres
• Directores Adjuntos: José Manuel Barata e Anabela Esteves

Distribuição Gratuita • Ano 1 - Nº 7 - Maio 2002

10º Aniversário da Revista Sub Judice



HÁ MAIS DE DEZ ANOS A MARCAR DIFERENÇA

A Sub Judice comemorou a 29 de Abril mais de dez anos de existência. Membros e fundadores da revista jurídica recordam o seu nascimento e partilham o desejo de muitos mais anos de vida.

Quase onze anos de vida levaram criadores e membros da revista jurídica Sub Judice a reunirem-se pela primeira vez num jantar de comemoração, no passado dia 29. Ficou a promessa de se continuar a celebrar a iniciativa que fez nascer uma revista inovadora e única no seio da magistratura judicial de 1991.

Reforma do Contencioso Administrativo

Texto integral da exposição feita pelos Juízes Desembargadores do Tribunal Central Administrativo a Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, com conhecimento a Suas Excelências os Senhores Ministro da Justiça, Provedor de Justiça, Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

pág. 16

Juiz, democracia e autoridade.

Desenganem-se os nostálgicos da “autoridade perdida” bem como os defensores da “desordem criadora”. Não se pretende fazer a apologia da autoridade nem se busca, por outro lado, relativizar ou banalizar a discussão acerca da figura do juiz e do seu relacionamento com a comunidade política e com os demais “actores judiciais”, designadamente com os oficiais de justiça.

Pretende-se unicamente, com este artigo de opinião, contribuir para que a discussão acerca da administração da justiça e sobre o modo como se devem articular o poder jurisdicional e a função de gestão administrativa dos Tribunais se faça com um outro nível de discurso, com exigência e com seriedade, sem crispacões, sem confusões e sem diluição de atribuições e responsabilidades.

pág. 8 e 9

É preciso não esquecer

Agora, que tanto se tem falado, a propósito do Tribunal Penal Internacional, da inadmissibilidade de pena de prisão perpétua, também é imperioso não esquecer, como se tem feito, que as medidas de segurança que administrativamente a Pide propunha podiam corresponder, sem esforço, a uma pena de prisão perpétua para quem, discricionariamente, ela entendesse merecê-la, sem que houvesse qualquer eficaz defesa a nível judiciário.

Tal perspectiva já existiu, pois, no nosso regime legal...

Espero que estas linhas, escritas à pressa, mais sobre os arquivos da memória do que sobre a memória dos arquivos, permitam pensar um pouco naquilo que sucedia, há cerca de trinta anos atrás. O que não é muito tempo...

pág. 3

Neste número:

- AS MINUDÊNCIAS pág. 4
- “A MODA DA JUSTIÇA” pág. 4 e 5
- LEGISLAÇÃO FISCAL E PENDÊNCIAS PROCESSUAIS pág.6
- DUAS MEDIDAS SIMBÓLICAS NA ÁREA DA JUSTIÇA pág. 7
- PROGRAMA PARA A JUSTIÇA DO XV GOVERNO CONSTITUCIONAL pág. 10
- 4 PERGUNTAS • 12 RESPOSTAS pág. 12
- LIVROS pág. 14



MOVIMENTO JUSTIÇA E DEMOCRACIA



(Calendário de iniciativas para magistrados judiciais)

JANTAR DE FIM DE ANO JUDICIAL PORTO – DIA 28 de JUNHO, 20 Horas

RESTAURANTE DA FUNDAÇÃO CUPERTINO DE MIRANDA

Preço por pessoa – 25€

LISBOA – DIA 5 de JULHO, 20 Horas

RESTAURANTE – (a divulgar no próximo número do jornal)

Preço por pessoa – 25 €

INSCRIÇÕES pelo TEL. 219245766 (deixar mensagem com nome e número de inscritos no jantar) OU POR FAX número 219245768

FIM DE SEMANA NO ALENTEJO

(máximo 40 inscrições, acessível apenas aos cooperadores do MJD e seus convidados)

Dias 15 e 16 de Junho – Fim de semana no Alentejo, descontraído e longe de processos. Organizámos para si um passeio de “Jeep” pelo Parque Natural da Serra de São Mamede, uma visita à Coudelaria de Alter do Chão, uma espectacular viagem de Balão, e ainda uma fabulosa ementa gastronómica com as melhores iguarias da região. Alojamento em estabelecimentos de Turismo Rural – Quinta da Bela Vista, Quinta do Barreiro, Monte dos Apóstolos, Quinta do Soutinho, Quinta dos Lagartos, Quinta dos Lagartos ou Albergaria El Rei D. Manuel.

Preço: Uma agradável surpresa.

Informações e inscrições pelo telefone: 936289206 (prazo limite 5 de Junho)

CAMPEONATO DE KARTING (ano 2002/2003)

Vamos conhecer os campeões. Com início em Outubro de 2002 vai ter lugar um campeonato de karting, constituído por 4 provas de 3 horas cada, aberto a 10 equipas.

Agostinho Torres
Director do Jornal

...Mudam-se os tempos..., mudam-se alguns de vontades!

Quando repetidamente ainda me vou dando ao trabalho de tentar perceber porque é que os juizes, na sua maioria, não participam na reflexão crítica do estado da justiça e também porque é que os poucos que ainda o fazem são, geralmente, conotados com a sorte de terem pouco que fazer no tribunal ou com mal disfarçadas ânsias de protagonismo, lembro-me invariavelmente (sabe-se lá porquê!) daquela história contada no Alquimista por Paulo Coelho, acerca do rapaz que era pastor e que viajou pelo mundo para encontrar um tesouro, que afinal encontrou, acabando no entanto, por regressar, no final, ao local de onde partira. Só que, interiormente, ele já não era o mesmo...

Serve isto para dizer que, quando tudo vai parecendo igual no mundo da justiça, tudo pode ser diferente quando se acredita que cada um de nós, por muito modesto que seja ou que se sinta, tem um papel único e singular a desempenhar nessa mudança. Se cada um de nós se satisfaz com o andar ao sabor das modas e das opiniões e não participa nessa urgente reconstrução de posturas e de mentalidades, de duas uma: ou aceita o que lhe acontece e não tem honra no direito de exigir ou não aceita e assume os riscos, bons ou maus, mas fica-lhe a consciência seguramente mais tranquila.

A independência e a imparcialidade

não se bastam nem conferem por decreto e nem sequer por nota profissional. São a aquisição incontestada da atenção permanente ao pulsar da vida e ao confronto crítico do sentido e da correcta percepção dos valores - dominantes ou não-cimentando assim a melhor das garantias: a da incessante busca da verdade.

Para tanto, há que lembrar por vezes a história dos tribunais, questionar relacionamentos institucionais ou mesmo até desmistificar atavismos culturais, afirmando sem peias e compromissos com más consciências “não existir qualquer razão para dissimular que a Justiça é e sempre foi mais obra do homem do que das regras, sendo que no domínio do judiciário tem vingado uma letargia desesperante, cultivada na mais fina arte do protelar”.

No ilhéu silêncio dos gabinetes cada um de nós, de certeza, se interrogará: que fazer perante o estado a que isto chegou?

Mas a esta interrogação sugeria uma outra: o que é que cada um de nós já fez ou poderia fazer para merecer a mudança?

Será que a responsabilidade é só de alguns para o mérito de todos?

Se não tiver razão, venha daí a primeira pedra...mas, já agora, leiam antes os artigos que se seguem. Depois, não digam que não avisei...!

Cada equipa deverá ter 3 condutores com fatos, capacetes e... muita habilidade, o resto é connosco.

Inscrições até 15 de Julho pelo fax : 219245768

CURSO DE TIRO DESPORTIVO

Com a colaboração de Mestres Atiradores, venha verificar a sua pontaria e habilidade a manejar uma arma de fogo.

Curso teórico e prático a realizar em Lisboa no dia 28 de Setembro.

Preço do curso com fornecimento de todo o equipamento, arma e munições : 75 €

Inscrições até 15 de Julho pelo fax : 219245768

FICHA TÉCNICA:

Propriedade: Movimento Justiça e Democracia, C.R.L.

Morada: Av. Pedro Álvares Cabral, nº 215, Linhó, 2710 Sintra

Director do Jornal: Agostinho Torres

Colaboraram neste número: Anabela Esteves, Guilherme da Palma Carlos, Inês Fernandes Godinho, J. F. Moreira das Neves, João Cardoso, José Barata, José Mouraz Lopes, Paulo Rangel, Nuno Coelho, Raúl Esteves, Rui Penha, Susana Duarte

Paginação e concepção gráfica: Clienting - Marketing de Comunicação, Lda.

Fotografia: Plano Focal, Fotografia Publicitária, Lda.

Impressão: Semanário Revistas - Artes Gráficas, Lda.

Periodicidade: Mensal

Tiragem: 5000 exemplares

Depósito Legal: 171365/01

Correio Electrónico (provisório): agosjud@clix.pt

MOVIMENTO JUSTIÇA E DEMOCRACIA, CRL



(Órgãos sociais instaladores até às primeiras eleições a realizar no seio da cooperativa e que irão ter lugar em Dezembro de 2002)

Direcção

Presidente - Raúl Eduardo Nunes Esteves

Vogal - Nuno Miguel Pereira Ribeiro Coelho

Vogal - José Manuel Igreja Martins Matos

Vogal - José Eusébio Soeiro dos Santos Almeida

Vogal - José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho

Conselho Fiscal

Presidente - Rui Manuel Barata Penha

Vogal - Renato Amorim Damas Barroso

Vogal - Maria José de Almeida Costeira

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - José Gabriel Correia Pereira da Silva

Vogal - José Alberto Martins dos Reis

Vogal - Carlos Luís Medeiros de Carvalho



TRIBUNAIS PLENÁRIOS

É PRECISO NÃO ESQUECER



■ Guilherme da Palma Carlos
(Advogado)

No meu gabinete de trabalho tenho uma serigrafia de Bartolomeu Cid, datada de 1974, cuja simbologia constitui um quotidiano alerta, nestes tempos de globalizante mutação que todos vivemos, para além do que seria previsível.

Representa ela o espancamento brutal de um preso, por detrás de sinistras grades que dominam toda a composição, acrescidas de um ouvido enorme, invocativo das escutas policiais. E a legenda é incisiva: “para que não voltem, é preciso não esquecer”.

Assim, quando me foi sugerida esta colaboração pareceu-me que importante seria sublinhar, precisamente, o título deste simples recordatório: é preciso não esquecer.

Não fui dos advogados que mais frequentaram os Plenários Criminais, faltando-me, pois, autoridade para me assumir como seu historiador. Por outro lado, os seus tempos estão ainda demasiado próximos para uma análise não emocional, mas já suficientemente distantes para que convenha lembrar o que foram - página muito negra da Justiça Portuguesa.

Não irei, pela primeira dessas razões, citar nomes além dos indispensáveis e apenas os das vítimas, que não os dos algozes.

Limitar-me-ei, pois, a recordar algumas significativas situações concretas que, espero, poderão ajudar os interessados no Movimento Justiça e Democracia a sentir o que foram esses tempos.

A investigação respeitante aos chamados crimes contra a Segurança do Estado era bastante rudimentar, basicamente assente em rótulos, denúncias, informadores e torturas. Corria, sem intervenção judicativa, a cargo da própria Pide (antes PVDE, depois PIDE-DGS), que aliás simplificava bastante o seu esquema, reconduzindo todos os “subversivos” ao tipo genérico padronizado de comunistas e traidores à Pátria. Aliás, a fórmula corrente utilizada nos processos era algo caricata, sendo os arguidos acusados de integrar uma associação ilícita, subversiva e secreta, geralmente conhecida por Partido Comunista Português. Uma associação secreta geralmente conhecida traduzia um conceito notável...

As acusações baseavam-se, essencialmente, nas confissões, extorquidas como bem se sabe, ou, por vezes obtidas através de algum precursor dessa notável figura ética que hoje se chama de arrependido.

Em audiência, a prova acusatória era sistematicamente feita pelos agentes da Pide, que iam declarar que todas as confissões constantes dos autos, em impecável dactilografia a duas cores, tinham sido prestadas de livre e espontânea vontade, sem qualquer espécie de sevícias ou coacção física ou moral. E isso bastava.

Este tipo de prova acusatória deu origem, aliás, a vários incidentes de audiência, pois, quando havia diversos réus, os agentes, mal preparados, não os sabiam distinguir uns dos outros. Depois, aperfeiçoou-se o sistema e nos últimos tempos já não caíam em confusões, cujo resultado era, aliás, puramente inócuo, pois a condenação já estava

latente de harmonia com os interesses ditos do Estado e com a informação interna.

Uma certa vez, num julgamento de algum relevo, por ser o primeiro da “primavera marcelista”, defendendo o sétimo dos réus, tive um lampejo súbito (já não havia que perguntar, depois de seis instâncias anteriores) e ocorreu-me inquirir do Pide de serviço se reduziam a auto todos os interrogatórios. Nessa altura o Juiz mais interventivo (geralmente havia um, em posição ostensivamente incómoda, que se alheava dos debates e outro que os conduzia, e não necessariamente o Presidente) declarou que a pergunta não tinha interesse algum. Embora por natureza pacífico e pouco conflituoso, respondi-lhe que a pergunta podia não lhe interessar, mas interessava-me a mim, como defensor, como cidadão e como contribuinte, pois precisava de saber, também, em que gastava a Pide o dinheiro público, uma vez que o meu representado, detido desde 17 de Dezembro de 1967, tinha sido interrogado no dia imediato, depois em 26 de Janeiro, de seguida em 14 de Fevereiro e finalmente, para “confessar”, em 26 de Abril, ou seja 130 dias passados. Para trabalho policial, era muito pouco... Além disso, acrescentei que quem conduzia a audiência era o Desembargador-Presidente, que não se tinha oposto à pergunta, pelo que a opinião do Juiz, então interveniente, era descabida. Isto deu um razoável sarilho, com interrupção de audiência e tudo. Mas o resultado foi, como se esperava - zero!

Aliás, apenas relevava, na prática, a confissão, que tarde ou cedo chegaria, pelo que as condições dos interrogatórios não podiam ser alvo de qualquer averiguação, sendo vedado falar-se da tortura física, da estátua, dos dias seguidos sem dormir e das ameaças directas e indirectas, além da aleivosa destruição da reputação de familiares junto dos indefesos detidos, para os fragilizar psicologicamente.

Nos primeiros anos da década de 70, fui, com o então Bastonário Almeida Ribeiro, visitar um então jovem colega, preso em Caxias, tendo-o encontrado com um enorme hematoma no rosto. Perguntando-lhe se fora agredido, respondeu que não; o que acontecera é que estando vários dias a sofrer a tortura da estátua, de pé e sem poder dormir, ao ser-lhe autorizado recolher à cela para repouso, na iminência da nossa visita, estava de tal forma cambaleante e descontrolado que, ao tentar passar a porta que estava aberta, foi colidir no respectivo umbral, causando-lhe assim as lesões. Isto dá a dimensão da tortura praticada. Esse então jovem estudante é hoje um eminente técnico de fiscalidade e professor universitário, respeitado e ouvido sobre todas as questões tributárias...

Não terei tempo, nem espaço para referir aqui outras situações, salvo três, que foram

paradigmáticas, e que, casualmente conheci de perto.

Quem quiser saber qual era o clima do Tribunal Plenário, deverá ler, de Mestre Aquilino Ribeiro, a descrição feita na sua obra-prima “Quando os Lobos Uivam”, que lhe deu, aliás, a honra e a glória de ser pronunciado num processo que ultrapassou fronteiras e abalou o regime (ver “Em Defesa de Aquilino Ribeiro”, Alfredo Caldeira e Diana Andringa, Terramar, 1994).

Outro caso espantoso foi o de meu já falecido tio Manuel João da Palma Carlos que, numa audiência do Tribunal Plenário de Lisboa ocorrida em 23 de Julho de 1957, por ter, num requerimento oral ditado após lhe ser negada a aclaração de um despacho, declarou que “poderão V. Exas. julgar como lhes apete-cer, com prova ou sem prova, mas o que não podem é deixar de consignar em acta o que na audiência se passa”.

Isso valeu-lhe passar da bancada da defesa para o banco dos Réus, sendo julgado pelo próprio Colectivo que se considerou ofendido e por ele condenado, de imediato, em sete meses de prisão, sete meses de multa e ainda na medida de segurança de interdição do exercício da sua profissão durante um ano.

Esta decisão, contra a qual reagiu a Classe, a sua Ordem e o Bastonário Pedro Pitta, deu lugar a um enorme escândalo, que deter-minou, inclusiva-mente, a alteração do Código de Processo Penal.

Não obstante a gravidade das coisas, atrever-me-ei a referir, de passagem, uma nota caricata, constante da acta soleníssima da audiência e considerada como circunstância agravante, que foi o réu, aliás um advogado muito ilustre e, infelizmente, já falecido, ao tomar

conhecimento da posição do tribunal, ter afirmado, de viva voz, que o mesmo “era uma merda” e “que só se via isto neste País”, o que levou a recolher de imediato á cadeia, onde já estava e onde, aliás, se manteve vários anos...(a acta e demais documentação foram circulados pela própria Ordem e todos os Colegas).

Outro caso incrível foi o que teve lugar em 16 de Julho de 1964, no Tribunal Plenário de Lisboa, quando o réu foi espancado, dentro da sala de audiências, por agentes da Pide, que igualmente agrediram o advogado Dr. Cunha Leal, que acorreu em sua defesa e foi arrastado e insultado pelos mesmos, facto narrado pelos seus colegas Drs. Salgado Zenha, Macaísta Malheiros e Danilo Barreiros, que a tal assistiram.

Como é evidente o inquérito contra os advogados foi arquivado, não sem que se tenha posto em causa a possibilidade de se consumarem agressões numa sala de audiências sem que delas se apercebessem os Juizes e funcionários ou sem que, apercebendo-se, tomassem qualquer atitude, assistindo passivamente a tais atropelos ocorridos

diante de seus olhos e a escassos metros de distância (ver *Acórdão do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados de 24.01.67, in Revista OA, Ano 28, 1968, pag. 209*).

Eram assim as coisas, que a censura ocultava cuidadosamente.

Aliás, o cuidado censório era tanto que, tendo um jornal diário publicado, escapando à censura prévia, na diminuta notícia acerca de um julgamento, que o Ministério Público se limitara a pedir justiça, tal foi considerado inadmissível e o Ministério Público recebeu instruções para não alegar dessa forma, passível de suscitar dúvidas, tendo então optado por uma fórmula lapidar que era mais ou menos esta: o Ministério Público requer que aos réus sejam aplicadas as sanções adequadas ao seu grau de participação nos factos constantes da acusação.

Isto já seria uma acusação plena de substância, não permitindo a ilação que se poderia retirar de um simples e tabelar pedido de Justiça...

Estas recordações vieram ao correr da pena, sempre com a ideia de que é preciso não esquecer.

Agora, que tanto se tem falado, a propósito do Tribunal Penal Internacional, da inadmissibilidade de pena de prisão perpétua, também é imperioso não esquecer, como se tem feito, que as medidas de segurança que administrativamente a Pide propunha podiam corresponder, sem esforço, a uma pena de prisão perpétua para quem, discricionariamente, ela entendesse merecê-la, sem que houvesse qualquer eficaz defesa a nível judiciário.

Tal perspectiva já existiu, pois, no nosso regime legal...

Espero que estas linhas, escritas à pressa, mais sobre os arquivos da memória do que sobre a memória dos arquivos, permitam pensar um pouco naquilo que sucedia, há cerca de trinta anos atrás. O que não é muito tempo...

A recordação de certas coisas é sempre uma forma segura de prever novos erros, ainda que mais sofisticados ou conseqüentes de valores ou orientações internacionalistas.

O estudo do que foram e como agiram os Tribunais Políticos Especiais e Plenários terá, ainda, de ser feito a nível da história e da sociologia. Aqui limito-me, portanto, a apontar alguns fragmentos de factos que não estão muito distantes. É o que posso fazer, esperando que de alguma utilidade se revista...

Acontece que muito recentemente li, com surpresa e espanto, as declarações de um Vice-Presidente da minha Ordem, transcritas entre aspas no “Público”, jornal credível que assegura genuinidade, do seguinte teor: “Se um Juiz decide contra o Estado, a sua vontade impõe-se sobre a maioria que elegeu aquele governo”.

Será que estamos a voltar ao mesmo?

O Juiz subordinado ao interesse do poder político? A separação de poderes, a independência da Magistratura e a Constituição da República postas em causa? É isso que se pretende? Tal intervenção, que tive agora a desoladora surpresa de ler, veio, no fundo, dar oportunidade ao tema – É preciso não esquecer ...

E nós não esqueceremos! ■





A Reforma do Ministério Público



■ J. F. Moreira das Neves
(Juiz de Direito)

As minudências

Está na ordem do dia a discussão acerca do tema da reforma do Ministério Público. Vai-se falando, sobretudo, da maneira como este se relaciona com o Estado Administração. Mas tão relevante quanto esse aspecto é o que respeita ao relacionamento do MP com os tribunais, os quais consabida-mente não integra, mas junto dos quais exerce a mais importante fatia das suas funções estatutárias. A verdade é que neste momento não se sabe ainda bem se tudo não fica afinal na mesma. Em todo o caso a relevância do assunto impõe que pelo menos a discussão larvar se vá fazendo.

Mediaticamente é o tema das prescrições aos milhares que mais impressiona a comunidade, embora no dia a dia do sistema de justiça vão os seus operadores ganhando consciência de que tal realidade é apenas a ponta do iceberg. Não obstante a presente reflexão deixa para outras núpcias as questões essenciais relativas ao Estatuto do MP e fixa-se somente no que se poderá apelidar de minudências, as quais, apesar de efectivamente o serem, relevam a meus olhos suficientemente para turvar valores fundamentais como os do Estado de Direito, da independência dos tribunais, da igualdade, ou da garantia de um processo justo.

É do conhecimento comum que na actividade judiciária, mormente na actividade judicial, se encenam ritos e vigoram símbolos. Estes, prenhes de significado, contribuem de uma forma geral para uma boa administração da Justiça e aceitação desta por banda da comunidade.

E por assim achar distancio-me daqueles que por inconfessáveis (más) razões vêm afirmando, entre outras barbaridades, ser imprescindível acabar com «a antiga ritualidade» (mas a que se referirão?) – são estes os mesmos que ex cathedra, também concluem deverem os juizes ser sociólogos (mas «sociólogos» porquê?).

Não é por acaso que os ritos e a simbologia

da justiça constituem característica transversal a todos os sistemas jurídicos, por mais diferentes que eles se apresentem entre si no respectivo funcionamento. É que tais ritos e símbolos comungam do ideal de Justiça; revelam a natureza estatal da sua aplicação; valorizam e transmitem a ideia de independência e imparcialidade do julgador; contribuem para a imagem pacificadora dos tribunais e de poder destinado a garantir direitos e a fazer cumprir as suas decisões, etc... Contribuem ainda, instrumentalmente, para a concretização de princípios fundamentais, como o de audiência, do contraditório, da «igualdade de armas», da publicidade, da transparência, etc...

Como especificidade portuguesa, explicável pelo devir histórico, há outras «práticas» que, não integrando embora o referido património ritual ou simbólico, a verdade é que dada a sua prolongada visibilidade vão fazendo escola. Promanam da tradição napoleónica, muito bem se integraram no Estado corporativo, mas são completamente desajustadas no Estado de Direito democrático que queremos ser (e somos). Por isso se estranha que os seus efeitos perversos não tenham até hoje suscitado, de forma consequente, a sua erradicação. Estou convicto que para tal muito tem contribuído o injustificado modelo da formação inicial conjunta e o «compromisso» colegial do CEJ.

Exemplo, entre outros, das referidas «práticas» é o das paredes meias que os agentes do MP têm com os gabinetes dos juizes; o do emprego por aqueles de fórmulas tabelares em que invocam o vocábulo «tribunal» para se referirem ao MP ou a suas decisões; a generalizada utilização de papel com o timbre do tribunal, designadamente para actos que têm visibilidade externa, como a acusação; a entrada e saída da sala de audiências pelo mesmo local e ao mesmo tempo que os juizes; o lugar que o agente do MP toma nas audiências, muitas vezes «encostado» ao juiz e quase sempre em condições de falta de paridade com a defesa (por exemplo em mesa situada a um nível superior); a participação em iniciativas

destinadas a esclarecimento do público, da qual resulta a impressão de ser o porta-voz do tribunal.

Este é o «caldo de cultura» em que assenta a condenável «prática» aludida na Deliberação do CSM de 19/2/2002, de nos primeiro interrogatórios de arguido detido se ordenar a retirada dos defensores do arguido, permitindo, no entanto a permanência do MP.. (cf. Ofício Circular nº 2276, de 8/3/2002), o que se inscreve no «ambiente» do «nós julgamos», «nós decidimos», «nós prendemos» (como se os juizes fizessem «colectivo» com os agentes do MP), da viciosa prática das «Vistas» sem contraditório, das actas de processo penal do endeusado «habitus», nas quais o MP figura junto ao juiz e separado dos demais intervenientes «presentes» (mas a presença do MP não tem também de ser verificada pelo juiz?), e outras, que mais do que confundir os titulares originários da soberania («fui acusado pelo tribunal e vou agora ser julgado pelo mesmo tribunal !!!»), cria desconfiança («mas o acusador entra e sai com o juiz, senta-se ao pé dele, enquanto o meu advogado está aqui em baixo, sozinho !!!»), e despoletará mais tarde ou mais cedo a interpelação da judicatura acerca da sua responsabilidade neste estado de coisas.

Bem sabem os juizes que sempre que um deles se apresenta a questionar qualquer de tais práticas, antes mesmo que seja apreciada a questão, se avalie ou discuta os argumentos, são os próprios logo crismados com os mimosos epítetos decorrentes da «juízite» de que alegadamente sofrerão. Em casos mais contados a ousadia leva mesmo à «queixa». Falta só vir o dia em que se abrirá «inquérito».

Nada mais errado. É preciso distinguir e não confundir a arrogância (que se diz existir) com a necessária firmeza na defesa de valores estruturantes da democracia. O conhecido adágio da mulher de César tem também aqui plena pertinência. Há por isso que ultrapassar esta concepção corporativa do Estado («nós somos todos do Estado e

por isso...»), em que na prática (mais do que na lei) este goza de privilégios e prerrogativas injustificadas e que inelutavelmente se impõem ao cidadão comum (o tal que é o senhor, razão de ser e destinatário do sistema). Não basta, por exemplo, a lei expressar consagrando «a igualdade de armas». É necessário assegurar que a paridade entre a acusação e a defesa seja visível aos olhos da comunidade, designadamente na audiência, que é pública justamente em razão, além do mais, da publicidade e transparência dos procedimentos.

Relembro (a talhe de foice) que ao prever o paralelismo das carreiras dos juizes e dos procuradores, a lei se limitou a estabelecer uma paridade profissional (opção que não é ela própria isenta de crítica), donde decorre por exemplo que estes têm igual remuneração no escalão correspondente. O mesmo estabeleceu relativamente às honras e trajo profissional (por isso o MP tem lugar no protocolo de Estado ao lado dos juizes; e os seus agentes usam beca). Mas já em termos funcionais não há nem pode haver qualquer espécie de paralelismo ou paridade. O juiz é o terceiro imparcial e independente, sem qualquer paralelo no MP.

Impõe-se por isso a reflexão que falta acerca deste assunto e a assunção por cada um (juizes, agentes do MP e advogados) do seu papel e responsabilidades. Estou aliás deveras convicto que o desenvolvimento social, que trás consigo exigências de rigor técnico, de excelência de serviço e de utilidade social, imporão que se arredem os escolhos que como estes na prática judiciária actual o contradizem.

Por isso, no que mais importa, sem necessidade de encetar qualquer cruzada, sempre com o devido respeito mas sem assombro, resistindo aos amuos com a segurança da razão, penso que deverão os magistrados judiciais arrepiar caminho na responsabilidade que lhes cabe neste estado de coisas e assumir também nestas «práticas» o seu dever de serem o terceiro imparcial que equilibra os pratos da balança.



“A Moda da Justiça”



■ Inês Fernandes Godinho
(Advogada Estagiária)

“...A partir do momento em que a promoção de um debate sério sobre o estado da Justiça é preterido por uma entrevista recheada de choro, lágrimas e gritos com o familiar do ofendido ou da vítima, a moda da Justiça terá de deixar de estar na moda para quem para ela trabalha. Pois que a manipulação dos cidadãos, que tanto podem ser levados a ver o criminoso como vítima ou a vítima como criminoso, é uma pobre manifestação do poder da comunicação social...”

...No entanto, a comunicação social, apesar de ver muitas vezes contestado e questionado o seu papel, também tem servido, em especial nos últimos anos, para formar um fórum público de discussão sobre o estado da Justiça em Portugal...”

Não se trata aqui do estilista que se lembrou de desenhar a beca e que, criando ciúme a um seu colega, levou este último a desenhar a toga, esquecendo-se ambos dos dias quentes de Verão. A questão em foco é a crescente massificação da Justiça que é feita pela comunicação social.

Hoje em dia, em qualquer lugar de qualquer cidade ou aldeia se discute o julgamento

desta ou daquela pessoa mais conhecida, de preferência que já tenha saído numa revista dessas ditas cor-de-rosa. Neste particular, importa referir a tendência crescente por parte da comunicação social para mediatizar diversos julgamentos, fazendo debates sobre as soluções adoptadas, sondar as personalidades e realizar entrevistas.

Em suma, tornaram-se moda as entre-

vistas a advogados e a magistrados, os comentários ao andamento dos julgamentos e os pedidos de opinião às pessoas que, menos ou mais revoltadas e emotivas, comentam, gritam e choram às portas do tribunal.

Quando a liberdade de imprensa foi consagrada como direito fundamental,

ninguém adivinhava, muito menos o legislador, que, uns anos mais tarde, paralelamente às notícias do “Big Brother”, iriam surgir as notícias referentes aos julgamentos da moda, que assim se tornam, ou pelas pessoas que neles estão a ser julgadas, ou pelo “caxa” que representam. Por outro lado, aparecem agora como exclusivos as entrevistas aos intervenientes no processo e, melhor do que



tudo, com os familiares do ofendido ou do arguido.

Sim, porque na moda entrou definitivamente a justiça-espectáculo, da qual o Direito Penal é o paradigma. Os ânimos agitam-se e diz o cidadão “Eles deviam era apodrecer na cadeia...”. Claro que os fins de prevenção geral e especial das penas, infelizmente, nunca são tidos em conta nestas declarações...

É indiscutível a importância do papel que a comunicação social – os canais televisivos, em especial – tem na veiculação da informação. No entanto, a influência que esse papel tem na construção das mentalidades é muitas vezes grosseiramente negligenciado – poder-se-ia dizer que, mais do que negligência grosseira, se trata de dolo – em prol da guerra das audiências. A partir do momento em que a promoção de um debate sério sobre o estado da Justiça é preterido por uma entrevista recheada de choro, lágrimas e gritos com o familiar do ofendido ou da vítima, a moda da Justiça terá de deixar de estar na moda para quem para ela trabalha. Pois que a manipulação dos cidadãos, que tanto podem ser levados a ver o criminoso como vítima ou a vítima como criminoso, é uma pobre manifestação do poder da comunicação social.

É que quando a guerra das audiências leva a que a Justiça seja vendida como um produto de consumo, quase como se de uma promoção se tratasse, já faltou mais para que em Portugal, ao sabor das modas norte-americanas, se comecem a vender canecas com frases alusivas aos arguidos. Imagine-se tomar o café com leite numa caneca Aveiro Connection, Meia Culpa, Pedro Caldeira ou, mais recentemente, Vale e Azevedo....

Apesar de as portas do tribunal se terem vindo a fechar progressivamente à entrada dos jornalistas televisivos, com as suas indiscretas câmaras, contrariamente ao “boom” de há uns anos atrás (por exemplo, o caso do padre Frederico e o caso “Melancia”), verdade é que são não poucas as vezes em que, à saída da sala de audiências, nos casos mais mediáticos, os advogados são atropelados pelos jornalistas que, com alguma sofreguidão de conseguirem “aquela” declaração, se amontoam e empurram até chegarem ao alvo.

De facto, muitas vezes esta moda leva a uma ânsia ou tentação de popularidade por parte daqueles que trabalham com a Justiça, em certos casos, até fornecendo elementos aos jornalistas, que supostamente ainda deveriam estar em segredo de justiça.

Os julgamentos de corredor então gerados, impregnados de opiniões não raras vezes pouco conhecedoras dos processos em causa e do próprio direito adjectivo, influenciam, de forma determinante, a opinião pública.

O cidadão menos esclarecido, ou, por outras palavras, mais influenciável, revolta-se com as sentenças e, muitas vezes, paralelamente aos julgamentos de corredor, assiste-se aos julgamentos populares cujos “arguidos” são, maioritariamente, juízes tidos por aqueles cidadãos como supostamente injustos. Daí que os juízes tendam a limitar o acesso dos jornalistas aos processos e, acima de tudo, aos julgamentos.

No entanto, a comunicação social, apesar de ver muitas vezes contestado e questionado o seu papel, também tem servido, em especial nos últimos anos, para formar um fórum público de discussão sobre o estado da Justiça em Portugal. Com efeito, quando sérios, os debates televisivos sobre a Justiça contribuem para a alfabetização dos cidadãos em matéria de Justiça e fomentam uma esgrima de ideias e opiniões que conduzem a uma saudável discussão sobre

questões que a todos os cidadãos respeitam. Pois que para mudar o estado (ou a já conhecida “crise”) da Justiça é preciso saber em que estado é que a mesma se encontra e o porquê desse estado.

E tendo em conta a aproximação que consegue ter com os cidadãos, a comunicação social reflecte para eles a Justiça e a justiça para eles. E um cidadão, quando esclarecido, sabe pretender ver-se espelhado nos valores da sociedade em que se insere, pelo que a Justiça não pode ser cega quanto

aos valores que uma sociedade informada reclama. Naturalmente, a tradução desses valores pela Justiça não pode fazer-se com base na emoção e revolta, choro e gritos que alguns sentem e exprimem.

Daí que a comunicação social, *maxime*, a televisão, deva ter a responsabilidade de actuar com a consciência que se lhe impõe, dado que tem o poder de iluminar ou obscurecer as mentalidades dos cidadãos que, não trabalhando para a Justiça, dela devem conhecer.

A imaculada veste da Justiça tem de ser alheia às modas da sociedade de consumo. Magistrados, advogados, ofendidos, vítimas e arguidos não devem ser vendidos ao público como produtos. O fenómeno da comunicação social deve contribuir para o desenvolvimento e a evolução de um discurso construtivo em relação à Justiça. Só assim poderá a Justiça tornar-se verdadeiramente justa aos olhos dos cidadãos.

Publicidade



ÁGUA NÃO SE RECUSA A NINGUÉM

Com uma máquina Fonte Viva terá sempre à disposição água fresca ou natural através de um simples gesto.

EXPERIMENTE GRÁTIS!
Marque:
808 290 000

Condições especiais para o
Ministério da Justiça e Advogados

Fonte Viva

QUALIDADE SOCIEDADE DA ÁGUA DE LUSO

DISTRIBUIDOR:
PMS
PINHEIRO & MELO & SALGADO

LINHA DIRECTA **PORTO: 252 24 00 50**
LISBOA: 21 911 99 00

www.pms.pt



João Gonçalves
(Advogado
Mestre em Direito)

LEGISLAÇÃO FISCAL E PENDÊNCIAS PROCESSUAIS

“... Vem esta reflexão a propósito do fenómeno dos tribunais de Pequenas Instâncias, que criados como forma de aliviar o excesso de pendências na generalidade dos tribunais, se viram eles próprios esmagados por uma avalanche de processos que, num curto espaço de tempo, pôs em causa os objectivos a que aqueles instrumentos de prossecução da justiça se propunham. Hoje em dia estima-se que de um milhão e meio de processos pendentes, cerca de quinhentos mil sejam acções de pequeno valor...”

É recorrente hoje em dia, ver o nosso sistema judicial contestado essencialmente invocando a sua morosidade, que quantas vezes origina que se venha a fazer justiça quando ela já não faz falta.

Porém a verdade é que pouco se tem pugnado para fazer face ao crescimento das pendências processuais, que encharcam os nossos tribunais e estrangulam o seu funcionamento.

A justiça implica uma tramitação processual que garanta os direitos das partes envolvidas e a observância da legalidade, assente em procedimentos que sendo burocráticos, são também difíceis de dispensar sem pôr em causa o sistema. Neste quadro o crescimento do número de processos acarreta imperativamente o desaparecimento da celebridade. Como se pode pretender que uma qualquer secção, de um qualquer juízo que tem distribuídos 3.000 ou 4.000 processos, funcione de forma expedita. E como podem os magistrados dedicar tempo àquilo que é o seu escopo, preparar e exarar sentenças estudadas e ponderadas, quando se acumulam “montanhas” de processos carecidos de despachos ou intervenções essencialmente burocráticas.

Vem esta reflexão a propósito do fenómeno dos tribunais de Pequenas Instâncias, que criados como forma de aliviar o excesso de pendências na generalidade dos tribunais, se viram eles próprios esmagados por uma avalanche de processos que, num curto espaço de tempo, pôs em causa os objectivos a que aqueles instrumentos de prossecução da justiça se propunham. Hoje em dia estima-se que de um milhão e meio de processos pendentes, cerca de quinhentos mil sejam acções de pequeno valor.

A evolução da economia e do tecido social do país ao longo dos últimos anos tem gerado fenómenos cuja compreensão se impõe. O fácil recurso ao crédito para aquisição de bens de consumo, seja com financiamento bancário ou com financiamento do próprio fornecedor e a oferta de serviços com pagamentos diferidos no tempo, ocasionam o aparecimento de inúmeras situações de contencioso relacionado com a cobrança de créditos.

Recordo, a título de curiosidade que, aquando da inauguração do Tribunal de Pequena Instância de Lisboa, um secretário judicial dizia ao representante do Governo que presidia à cerimónia que “melhor seria criar um tribunal destes para cada operador de telemóvel”.

E a percentagem destes processos de pequeno valor na globalidade das pendências processuais vem crescendo da forma significativa, representando cada vez mais uma parcela significativa entre da totalidade dos processos activos e com um peso burocrático bem mais acentuado que o seu valor económico.

Sucede que uma boa parte destas

pendências decorre de imperativos legais definidos pelo próprio Estado, maxime por via da legislação fiscal.

Na verdade, como afirmava o Prof. Diogo Leite de Campos “o Direito Fiscal não conheceu, nem conhece, nem o direito romano, nem os glosadores, nem a pandectística, conheceu e conhece apenas a gula incontrolável do Estado”.

E o exercício da gula, como o de todos os pecados, raramente assenta em princípios de lógica ou racionalidade. Assim, constata-se que, face ao actual quadro legislativo, quando uma empresa emite uma factura e liquida IVA, fica obrigada a entregar esse imposto ao Estado, independentemente do seu recebimento. Se essa factura não vier a ser cobrada, obviamente existe direito à dedução/recuperação do valor entregue ao Estado. Porém nos termos do art.º 71.º, n.º 8, esse direito só existe se os créditos forem considerados incobráveis em processo de execução, falência ou insolvência.

Da mesma forma, em sede de IRC, o art.º 37.º do respectivo Código estipula que os créditos incobráveis só podem ser inscritos como perdas de exercício, se assim o forem considerados em “processo especial de recuperação de empresa e protecção de credores ou de processo de execução, falência ou insolvência...”.

Aliás no mesmo sentido também o art.º 34.º do Código de IRC define que para constituição de provisão para créditos de cobrança duvidosa é necessário que “o devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa e protecção de credores ou processo de execução, falência ou insolvência”.

A decorrência lógica deste quadro legal é que todas as empresas vão, no mínimo, avançar para cobrança por via de execução, dos créditos não liquidados voluntariamente pelos devedores, porque essa é a única forma de recuperar imposto pago ao Estado em sede de IVA e de reflectir na sua contabilidade as perdas decorrentes da existência de créditos incobráveis.

Agora imaginemos, no quadro atrás traçado, de uma conjuntura económica em que crescem exponencialmente os pequenos devedores, que têm como credores empresas bem estruturadas, o impacto que tal vai ter ao nível do crescimento dos processos de cobrança, nas suas diversas formas.

E no entanto quantas vezes o recurso ao tribunal tem como único objectivo a obtenção de uma sentença para apresentar ao fisco, porquanto o credor já é sabedor da incapacidade do devedor para liquidar o débito.

Todos sabemos que na economia actual as relações de grupo são cada vez mais complexas, com o cruzamentos de participações societárias entre empresas financeiras, industriais e de serviços. E quantas vezes várias empresas do mesmo grupo propõem várias acções para cobrança de créditos ao mesmo devedor, para obter várias sentenças, idênticas, com um único objectivo: convencer o fisco da impossibilidade de cobrar créditos.

A segurança dos créditos do Estado que se visa com estes preceitos vai assim acarretar custos financeiros e de credibilidade do sistema, bem mais valiosos que as receitas que pretendem preservar.

Parece-nos assim que faria todo o sentido criar um quadro jurídico que permitisse a obtenção do mesmo efeito, sem a necessidade de pendência de execuções, quantas vezes estêreis à partida.

É óbvio que tal implica uma relação de confiança entre o fisco e o contribuinte, pouco tradicional no funcionamento do nosso sistema. Mas tal parece um passo essencial (não único) na resolução do problema da asfixia, nomeadamente, dos tribunais de Pequena Instância.

Tal desiderato poderia passar pela institucionalização de presunções, obviamente ilidíveis, para determinadas situações, que permitiriam sem necessidade de recurso aos tribunais, constituir provisões para incobráveis, ou recuperar IVA. Assim por exemplo a existência de sentença anterior relativa ao mesmo devedor, em processo movido por outra entidade, que defina a inexistência de bens susceptíveis de fazer face ao pagamento da dívida.

Que sentido faz três empresas do mesmo grupo financeiro instaurarem consecutivamente execuções contra um devedor comum, quando no primeiro processo ficou

clara a inexistência de património. E já agora quantos serão os casos de devedores, que vão mudando, por exemplo, de operador de telemóvel e vão sendo sucessivamente alvo de execuções destinadas a não ter outro efeito útil para lá do fiscal. E o mesmo para os utentes dos inúmeros cartões de cliente de grandes superfícies ou empresas de bens de consumo.

Porque não criar uma base de informação de sentenças que permita ao contribuinte obter um meio de demonstrar ao Estado que um crédito é incobrável sem ter de sobrecarregar os tribunais com uma profusão de tarefas cujo resultado final é tão pouco realizador.

Ou porque não admitir a presunção de incobrabilidade da dívida desde que o credor apresente ao Estado certidão comprovativa da inexistência de património registado em nome do devedor, quer em registo predial ou nos competentes registos de bens móveis.

Este sistema, ou qualquer similar, faz tanto mais sentido quanto é facto que o credor só não avançará para a acção judicial quando fôr notório que não existem meios para fazer valer os seus créditos. Afinal o seu objectivo principal será sempre receber os valores que lhe são devidos e não frustrar créditos do Estado. Pelo que o interesse do contribuinte é aqui a principal salvaguarda do interesse do próprio fisco.

Parece-nos que estas medidas preventivas, que podem ter impacto significativo no número de pendências processuais, especialmente em pequena instância, fazem mais sentido que paliativos, como o do art.º 73.º da lei de Orçamento de 4 de Abril de 2000 que, com os incentivos para descongestionamento das pendências judiciais, preconizou a dedução de IVA nas causas de valor até 1.000.000\$ como forma de obter tal efeito. Esta medida, que reproduz os objectivos que aqui retratamos, peca por ser avulsa e surgir quando as pendências já existem e muito esforço se despendeu em trabalho inútil.

Afinal o nosso povo diz, “vale mais prevenir que remediar”, mas nunca leva isso muito a sério!!!

ASSINATURA DO JORNAL “COMUNICAR JUSTIÇA”

O Jornal Comunicar Justiça pode ser assinado e assim ser recebido por todos os interessados, mantendo-se contudo a sua distribuição gratuita a todos os Magistrados Judiciais.

Para efectuar a assinatura do Jornal deverá preencher o presente cupão, remetendo o mesmo por correio para a Av. Álvares Cabral, nº 215, Linhó, 2710 SINTRA, acompanhado por um cheque à ordem de: MJD Movimento Justiça e Democracia, CRL, no valor de € 30 ou de € 50 conforme o caso (IVA Incluído)



Comunicar
Justiça

Destaque, ou fotocopie e envie para :
Av. Álvares Cabral, nº 215, Linhó, 2710 SINTRA

Pretendo assinar o Jornal Comunicar Justiça, com início no mês de , pelo período de 20 meses, devendo o mesmo ser enviado pelo correio para a morada:

..... , ao cuidado de

Junto envio o cheque nº , do Banco , no valor de € 30 (€ 50 para o estrangeiro)

Data: Assinatura:



■ Paulo C. Rangel
Assistente da
Faculdade de
Direito da
Universidade
Católica
Portuguesa (Porto)

Duas medidas simbólicas na área da justiça

A constituição — dando cumprimento, aliás, a uma regra básica da democracia — estabelece uma delegação de poder popular nos tribunais, vazada na fórmula: «os tribunais administram a justiça em nome do povo». Durante largo tempo, acreditou-se em que tal delegação se traduzia na exclusiva submissão dos juízes à lei. A lei era a expressão da vontade popular e, por conseguinte, a submissão dos tribunais à lei correspondia à execução genuína daquela vontade. Afora o caso excepcional dos tribunais de júri, o povo não intervinha na escolha dos juízes. Não intervinha, porque não tinha de intervir, já que estes executavam a sua vontade ao aplicar a lei. Pretendia preservar-se, no fundo, a independência dos juízes, abrigando-os da pressão da opinião pública e de um qualquer processo político de eleição ou cooptação.

Este modelo de (aparente) legitimação democrática do poder judicial esgotou-se entretanto. Hoje, a tarefa do juiz não se reduz à aplicação da lei, mas representa uma tensão criadora de direito para os casos concretos. Ele já não tira da lei a sua legitimidade: são muitas as lacunas, as cláusulas gerais, os conceitos vagos e imprecisos, as situações de jurisdição

voluntária, os casos de duvidosa constitucionalidade das normas. Por outro lado, as matérias litigáveis mudaram radicalmente e é comum ver em juízo questões de consciência, de cariz mundivisional e de melindre social ou político. Ao que acresce que mudou o público frequentador dos tribunais: o Estado, os titulares de cargos públicos, os poderosos e os notáveis — os «grandes do povo», como lhes chamava Montesquieu — já descem à barra. Estas novas realidades reclamam uma redobrada legitimidade dos titulares do terceiro poder. Desaparecida a forma tradicional de legitimação, a norma segundo a qual os «tribunais administram a justiça em nome do povo» converteu-se numa «disposição constitucional com efeito simplesmente simbólico». Usando os conceitos do constitucionalista brasileiro Marcelo Neves, dir-se-á que a sua função é essencialmente simbólica

A comprovar esta mudança de contexto, aí estão três acontecimentos recentes na área da justiça. Primeiro, numa escala micro, o caso Vale e Azevedo, em que, perante a tentação da opacidade, se discutem de novo as relações entre o sistema judicial e os *mass media*. O receio judicial da opinião pública — de um resvalo para julgamentos dema-

gógicos — é, em parte, uma consequência do sentimento de déficit de autoridade dos magistrados. Segundo, numa escala macro, a eleição do Bastonário da Ordem dos Advogados, com a vitória de um candidato que centrou a sua campanha na reforma da justiça. O predomínio do discurso reformista sobre o discurso corporativo sinaliza a vontade de mandar o poder para mudar o sistema. Terceiro, no palco «interconstitucional» europeu, o difícil relacionamento entre o Governo italiano e a magistratura põe a nu a fragilidade política da máquina judicial. O amesquinhamento a que foi votada a judicatura por banda de Berlusconi é o reverso de uma sensível falta de «autoridade democrática» dos juízes. No limite, o poder democrático só pode ser travado por um poder (também) crismado democraticamente.

A relegitimação do poder judicial supõe reformas de longo alcance e médio prazo, para que este possa desempenhar-se plenamente das suas novas funções. Mas é possível, em todo o caso e no entretanto, franquear os canais de comunicação entre os titulares da função judicial e a comunidade política (o povo). Trata-se de medidas de alcance simbólico, que não

exigem alterações constitucionais e que contribuem para reforçar a imagem externa de legitimação dos juízes e o seu sentimento pessoal de autoridade democrática. A primeira é a atribuição ao Presidente da República, enquanto representante de todos os cidadãos, da competência para dar posse a cada um dos juízes dos tribunais portugueses. Sem mudar uma só vírgula nas actuais formas de recrutamento, os juízes passariam a tomar posse, pessoal e nominalmente, diante do PR. A segunda vem a ser a adopção de uma fórmula canónica que aluda àquela relação de delegação popular na parte conclusiva (dispositiva) das sentenças. Assim, as decisões judiciais passariam a ser sempre precedidas dos dizeres: «em nome do povo» ou «em nome da República». Cura-se aqui de gerar nas partes processuais, no público e até no julgador a consciência nítida de que a decisão é tomada em nome da comunidade democrática (e não em nome pessoal do juiz, da magistratura ou do ente abstracto Estado). Eis, então, duas medidas simbólicas cujo único escopo é tornar menos simbólico (mais eficaz e normativo) o princípio constitucional de que a justiça é ministrada em nome do povo. ■

Publicidade



AMBIENTE SELECCIONADO • COMIDA CASEIRA

ABERTO
das 8.00
às 22.00



FECHA AO DOMINGO



RESTAURANTE LORGA & ALVES, LDA.

Rua Ressano Garcia, N.º 37A
LISBOA

Telf.: 21 387 26 87



• **GERINOR • MANUEL SIMÕES - ECONOMISTA**

Rua Ressano Garcia, nº. 39 - 1º. F - Lisboa
Telef.: 21 381 23 40 • Fax: 21 387 15 29



Juiz, democracia e autoridade.



■ Nuno Coelho
(Juiz de Direito)

Desenganem-se os nostálgicos da “autoridade perdida” bem como os defensores da “desordem criadora”. Não se pretende fazer a apologia da autoridade nem se busca, por outro lado, relativizar ou banalizar a discussão acerca da figura do juiz e do seu relacionamento com a comunidade política e com os demais “actores judiciais”, designadamente com os oficiais de justiça.

Pretende-se unicamente, com este artigo de opinião, contribuir para que a discussão acerca da administração da justiça e sobre o modo como se devem articular o poder jurisdicional e a função de gestão administrativa dos Tribunais se faça com um outro nível de discurso, com exigência e com seriedade, sem crispações, sem confusões e sem diluição de atribuições e responsabilidades.

Vem isto a propósito da questão respeitante à competência para apreciação das matérias relativas ao mérito e à acção disciplinar dos funcionários de justiça que tem sido abordada pela jurisprudência constitucional e, mais latamente, ao domínio do relacionamento funcional dos oficiais de justiça com os juizes que exerçam funções no mesmo Tribunal.

Não é novidade para ninguém que a jurisprudência firmada no Tribunal Constitucional, em vários e sucessivos arestos, veio desembocar numa última decisão¹ que, com força obrigatória geral, declarou a inconstitucionalidade das normas constantes dos sucessivos Estatutos dos Oficiais de Justiça (tanto o de 1987 como o de 1999²) que atribuíam ao Conselho dos Oficiais de Justiça (COJ) a competência para apreciar do mérito e para exercer a acção disciplinar relativamente aos funcionários judiciais em detrimento da competência constitucional do Conselho Superior da Magistratura (CSM) para se pronunciar sobre tais assuntos.

Explicita-se, na doutrina dessa jurisprudência prevalecente, que essa matéria de competência tinha obtido “o reconhecimento da comunidade, tendo-a elevado, o legislador constitucional, à categoria de princípio jurídico-constitucional, incluindo-a na Constituição em 1982 e não mais” a retirando dessa sede [cfr. o n.º 3 do actual Art.º 218.º da CRPortuguesa]. Segundo o mesmo entendimento, o princípio constitucional da independência dos tribunais – encarados estes como os «órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo» - postula que se devem incluir necessariamente nas atribuições do CSM a competência para discutir e votar as matérias relativas à apreciação do mérito profissional e ao exercício da função disciplinar sobre os funcionários judiciais.

Nessa jurisprudência assente³, expressa-se, sem margem para dúvidas, que para a realização plena dos valores da independência dos tribunais e dos respectivos juizes, garantias essenciais dos cidadãos num Estado de direito democrático, se justifica que ao CSM, para além da função essencial da gestão e disciplina dos juizes dos tribunais judiciais, seja também atribuída

aquela competência para decidir as matérias relativas ao estatuto profissional dos oficiais de justiça.

“Com efeito, desenvolvendo estes funcionários a sua actividade nos diferentes tribunais, coadjuvando os magistrados judiciais e o ministério público na realização das tarefas cuja finalidade última é a realização da justiça, através da prática dos mais diversos actos processuais, bem se compreende que a matéria da avaliação profissional e da disciplina de tais funcionários venha a caber, necessariamente, ao órgão constitucional autónomo cuja finalidade é a de ser garante da independência dos tribunais. (...) Na verdade, não pode deixar de se considerar que os funcionários da justiça também fazem parte da estrutura dos tribunais; e, por isso, são elementos fundamentais para a realização prática da garantia constitucional da respectiva independência”.

Reagindo à situação decorrente desta declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral, o Governo acabado de cessar funções iniciou um processo legislativo visando alterar as normas legais do Estatuto dos funcionários de justiça⁵ que, na sua linha de ponderação, pudessem encontrar-se em assintonia com a aludida jurisprudência. Essa iniciativa legislativa culminou, após promulgação pelo Presidente da República, com a publicação, em 12/4 último, do DL 96/2002⁶.

Neste diploma retoma-se (para aquele Estatuto legal) a regra tradicional da dependência funcional dos oficiais de justiça relativamente ao magistrado competente (Art.º 6.º/3) mas mantém-se o COJ enquanto órgão que legalmente aprecia o mérito profissional e exerce o poder disciplinar sobre os oficiais de justiça (Art.º 98.º), criando um certo número de ressalvas de competência sucedânea ou prevalecente dos Conselhos Superiores da Magistratura (CSM), dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF) e do Ministério Público (CSMP) para, consoante os casos, avocarem ou revogarem as deliberações do COJ (Art.º 111.º/2), bem como um sistema de recurso das decisões deste último para os mesmos Conselhos Superiores (Art.º 118.º/2). Para além disso, a mesma alteração legislativa implementa um leque plural e abrangente de entidades com competência para a instauração do procedimento disciplinar contra funcionários de justiça, situando, em paralelo, o COJ, o director-geral da Administração da Justiça, o juiz-presidente do Tribunal em que o funcionário exerça funções, o magistrado coordenador relativamente às infracções cometidas nos departa-

mentos de investigação e acção penal, o CSM, o CSTAF e o CSMP, consoante os casos, e, por último, os inspectores desses mesmos últimos Conselhos (Art.º 94.º/1). Mais prevê, o referido diploma, algumas alterações à composição dos membros do COJ, atribuindo a vice-presidência ao vogal com a qualidade de magistrado judicial de entre dois vogais que forem escolhidos pelo director-geral da Administração da Justiça, e incluindo a designação pelo CSTAF de um vogal para administrar aquele Conselho (Art.º 99.º).

Forçoso é realçar que a leitura desta reforma legislativa assenta numa determinada leitura daquela jurisprudência constitucional que flui de pressupostos de índole restritiva, advogando que é possível adequar os ditames constitucionais com a existência de uma estrutura administrativa autónoma, dependente do executivo, competente para apreciar do mérito e para exercer o poder disciplinar relativamente aos oficiais de justiça desde que se prevejam mecanismos de intervenção final do Conselho Superior competente.

Sobre este tema não se sabe (no domínio do que se entende como os meios normais de publicitação e de notícia) se o CSM foi ouvido ou emitiu qualquer parecer sobre o respectivo anteprojecto de lei.

Não foi, ao que se conhece, tomada qualquer posição pública pela Associação Sindical de Juizes Portugueses sobre este assunto.

Sabe-se, sim, que este projecto de diploma foi alvo da atenção do Sindicato dos Funcionários Judiciais que, numa sua folha informativa⁷, titula que o “Governo cede aos «lobby» do Conselho Superior da Magistratura!! Pretende publicar um diploma que é uma ofensa à nossa dignidade! Esvazia de competências o C.O.J. e atribui todos os poderes a magistrados, director-geral e C.S.M.. É preciso

reagir, com determinação e firmeza, a esta afronta!!”. Nesta mesma folha informativa inclui-se ainda, na última página, uma nota de comentário ao artigo do Juiz de Direito, Dr. Rui Teixeira, publicado neste mesmo jornal, expressando em tinta reforçada que “(...) em causa não estão apenas questões referentes à nossa classe profissional. Estão também em causa algumas garantias dos cidadãos. Depois do «job for the boys», parece que há quem queira, agora, «criados para todo o serviço». Nos países (...) não consta que os processos «adormeçam», esquecidos nos gabinetes, ou que acórdãos de tribunais colectivos tenham forma escrita anos após a sua prolação oral. [...] Aos «príncipes» desta tramóia, respondamos de forma clara e inequívoca, como a História nos ensina, nas exemplares respostas a «outros príncipes» (sic.)”.

O que pode pensar um juiz sobre tudo isto? Quanto a nós, em primeiro lugar, merece uma análise negativa a relativa indiferença que a temática tem merecido no seio do corpo de juizes, nas suas diferenciadas

estruturas representativas, bem como a ausência de ressonância que a mesma matéria mereceu no auditório político-social, como se ela fosse de somenos importância.

Depois, lamenta-se o tom e a linguagem que tem sido utilizada pelos representantes associativos da classe dos oficiais de justiça ao demonstrarem que sobre este preciso ponto muito terão de avançar em termos de cultura judiciária, apartando-se do superficialismo redutor e do sindicalismo ultrapassado em que se encontram.

Estamos à vontade neste domínio para expressar este comentário pois sempre defendemos que a estratégia global judiciária se deveria preocupar com a criação, nos Tribunais, de um espaço de “crescimento” e “afectividade” culturais, desmascarando o cinzento dos hábitos profissionais, humanizando os comportamentos e as práticas e assumindo a tarefa de reconstruir os laços de solidariedade entre as pessoas⁸. E essa aposta valorativa foi sempre resultado de uma forma de estar na profissão como sabem os que trabalham ou trabalharam connosco.

Estas preocupações, todavia, não podem fazer esquecer que na “comunidade de trabalho” que pode constituir um dado Tribunal se encontram sempre, por essência, a par de elementos isonómicos ou de diálogo, os referenciais de uma ordem assimétrica, próprios do paradigma hierárquico-administrativo que vinga na organização interna do poder político ou de todos os poderes públicos (e também nas organizações empresariais). É ela (ordem assimétrica) que permite a estruturação, a organização e a conservação do próprio poder, como é consabido.

Sendo assim não pode existir qualquer temor ou dúvidas em evidenciar a figura do juiz dentro da orgânica dos Tribunais, concedendo-lhe uma função fiscalizadora sobre os recursos humanos dos auxiliares adstritos ao Tribunal onde aquele exerce funções.

A pessoa do juiz, enquanto figura institucional, é hoje, para alguns, uma fonte de incomodidade e de grandes perplexidades. Designadamente para quem tem dificuldade em conviver com um símbolo de autoridade e de poder que não se enquadra nos estereótipos massificados e superficiais da dissimulada (anti-)cultura “Mc World”, mas radica antes numa atitude responsável de cidadania e de compromisso autêntico com a democracia.

É evidente que para o senso comum a justiça se aproximou, no sistema de crenças da sociedade tecnocrática e funcionalizante, de outras instituições e ideias, baixando as expectativas da sua legitimação social. Concorrem para isso ainda múltiplos outros factores entre os quais se pode contabilizar, sem margem para dúvidas, o insucesso do sistema judiciário no tratamento eficaz e pronto do aumento exponencial da procura pela solução forense.

Mas a turbulência que atinge o sistema judicial coincide com aquela que flagela, em geral, o sistema social. Encruzilhada em que confluem, num clima paradoxal, múltiplos argumentos e análises sobre as mutações em curso nos fundamentos do Estado de direito. E num tempo de turbulência no sistema de escalas e de antinomias de valores, em que o poder jurídico centrado no Estado e na lei se encontra em crise⁹, há que reconhecer que existe uma verdadeira desfocagem das abordagens do poder oficial que se neutraliza perante um tempo que se fragmenta.





Perante esta demonstração do caos e da imprevisibilidade é imperioso, por isso, acreditar ou apostar no papel dos mecanismos da justiça, desde que conformados à ideia de solidariedade¹⁰ e à possibilidade de ser com os outros, assumindo-se a *jurisdição* com a sua índole autonomamente jurídica¹¹.

O poder e a autoridade judicial encontram-se, assim, no “centro de gravidade” do princípio da separação de poderes, fazendo que a subordinação da sociedade e do Estado ao direito tenha de passar necessariamente pela defesa de um *Estado de justiça*¹². O *Estado de direito* transporta em si, obrigatoriamente, um acervo de princípio e valores materiais razoáveis para uma ordem humana de justiça e de paz, tal como a liberdade do indivíduo, a segurança individual e colectiva, a responsabilidade e a responsabilização dos titulares do poder, a igualdade de todos os cidadãos e a proibição de discriminação de indivíduos e grupos.

Como tornar efectivos esses princípios e valores sem o reconhecimento da instituição *Justiça*, com a definição material das garantias procedimentais e processuais consagradas no tecido normativo constitucional e que ninguém ousaria querer perder: um juiz legal, imparcial e independente; o direito de audiência; a igualdade processual das partes; a fundamentação dos actos judiciais; a proibição dos tribunais de excepção; o *non bis in idem*; a autoridade da decisão judicial e a segurança do caso julgado; o contraditório; a garantia de escolha de defensor; o patrocínio judiciário; o arquivo aberto; a imparcialidade e a igualdade na actuação administrativa (v.g.)?

Por tudo o que se disse acreditar na democracia é assumir que esta não é compreensível ou sequer mesmo possível sem a existência de Tribunais, sendo preponderante a convicção, neste domínio, que estes devem continuar a assumir-se como um polo autónomo de poder ou órgão de soberania, isto para além de serem encarados como a *ultima ratio* do sistema de controlo social.

Mas professar a fé na democracia é também preocupar-se em salvaguardar o papel central do *juiz* no sistema judiciário, sabendo que a dignificação do seu estatuto pessoal tem por corolário a dignificação de toda a estrutura judiciária, tanto humana como formal.

Não é exagerado pensar que o juiz na sua acepção institucional e humana se encontra, na melhor das opções político-filosóficas, no *coração* da democracia e da autoridade do Estado de direito.

Falar aqui de coração tem a virtualidade de incluir nesta abordagem, para além do plano real analisado, a dimensão simbólica que as noções de *poder* e autoridade carregam e que a análise antropológica e sociológica tão bem explicam através do fenómeno de subjectivação ou *personalização* da *potestas* e da *autoritas*. A autoridade do juiz, de cambiantes plúrimos e raízes pluri-seculares, não se confunde com a pessoa concreta ali presente, é pelo contrário esta que vem “emprestar” a sua voz à entidade locutora, ensinando-nos a semiologia pragmática que “na comunicação, o pensamento que cada locutor quer exprimir pesa menos do que os diferentes papéis dos locutores, que já estão fixados previamente. O papel do interlocutor soberano, de príncipe, de desses: o indivíduo, rei ou presidente, que vem desempenhar tal papel eclipsa-se no seu papel”¹³.

Conjugar *autoridade* e *poder* na figura do

juiz não é acto fortuito, pois no sistema político-constitucional português não persiste qualquer dúvida em conferir à Justiça as prerrogativas de poder e de autoridade, dando assim cobertura a um discurso jurídico-filosófico coerente. Se outrora a autoridade se compreendia como princípio de legitimação do discurso, ela passou a significar actualmente um modo de existência dos poderes legítimos (autoridade institucional).

Esta ideia de autoridade que se compõe de múltiplas dimensões de análise não deixa de se caracterizar, na sua própria conjugação de pontos de vista discursivos, históricos, simbólicos e políticos, pela sua natureza paradoxal e de opacidade¹⁴. Mas sempre na consideração de que o poder público se deve reduzir a um monopólio do Estado que tem por fundamento a razão constituinte e por legitimação o pacto democrático, sendo sempre poder consentido dos governados¹⁵.

Daí que a legitimidade da justiça já não pode ser exclusivamente racional, mas deve suceder a uma *combinação* entre vários tipos de assunção: carismática, racional e representativa. O juiz não deve apenas dominar as tarefas eminentemente processuais ou jurídicas, mas deve usufruir uma autoridade pessoal e permitir ao grupo social reconhecer-se em si. A legitimidade do juiz depende da sua estatura humana, social e ética, na articulação com o seu estatuto.

Atacar o capital simbólico e de autoridade dos juizes é permitir que se degradem os próprios Tribunais, como os últimos redutos ou os penhores efectivos das liberdades, das garantias, dos direitos individuais, uma situação que se apreende cada vez mais por via do esforço sereno e reservado dos próprios juizes. Mas que não pode deixar de ser recordado e sublimado nas ressonâncias do discurso público, incluindo aqui, sem margem para dúvidas, o discurso dos próprios juizes.

As questões que se levantam sobre a legitimação do juiz e sobre a crise da administração da justiça não podem claramente por em causa que o juiz é simultaneamente um garante da democracia e um suporte pessoal de poder e de autoridade. Um poder e uma autoridade em função ou em subordinação estreita aos princípios constitutivos do Estado de direito de que ele, juiz, é a própria garantia e dos quais emana a sua legitimação.

Ultrajante seria confundir esse poder ou autoridade, pelo menos para quem leva a sério o seu estatuto ético-profissional, com *autoritarismo*, pois, como vimos, a Justiça, segundo o Estado de direito democrático, é ela própria condição fundamental de julgamento e condenação dos comportamentos autoritários, tanto dos representantes do Estado (autoridades e funcionários), aqui incluindo as magistraturas, como dos agentes dos novos e velhos “poderes fácticos”.

Mas a credibilização e a legitimação da Justiça, dos Tribunais e dos seus agentes, mormente dos juizes mas também dos funcionários judiciais, passa também pela procura de soluções organizativas que, potenciando a eficácia, confirmam maior independência à administração judiciária¹⁶.

Certo é que a resposta sobre esta vertente da gestão judicial e da administração dos Tribunais, incluindo aqui a gestão funcional dos oficiais de justiça, deve apontar para uma solução adequada à Constituição, não podendo fazer-se à revelia da estrutura organizatória do poder judicial constitucionalmente consagrado, designadamente

como foi interpretada pelo Tribunal Constitucional.

A cultura de autonomia e de independência dos Tribunais deve-se sobrepor, finalmente, não obstante as tensões suscitadas, sobre as lógicas da administração executiva. Seria de facto incompreensível que tudo o que se passa no espaço íntimo e no quotidiano da actividade dos Tribunais - no seu próprio local de trabalho ! - continuasse a escapar (cada vez mais) ao domínio da autonomia e independência do poder judicial: distribuição dos recursos humanos, gestão dos processos, circuitos tradicionais e telemáticos de informação, gestão do material de apoio e dos equipamentos, vigilância das instalações, etc.

Nessa perspectiva é no mínimo discutível que se tenha optado pela solução legal acima descrita sem que se tenha fomentado uma discussão profunda e abrangente sobre a temática levantada, que atravessa os fundamentos do poder jurisdicional e se desdobra sobre questões que têm a ver com o *real* papel do Conselho Superior de Magistratura na administração judiciária ou, mais globalmente, sobre o sentido (ou a falta dele) de uma pluralidade de ordens jurisdicionais ou mesmo de uma distinção estatutária de magistraturas.

Sobrepondo-se a todas estas discussões é preciso, contudo, compreender que o cidadão tem direito a recorrer, quando se sente postergado nos seus direitos e interesses legítimos, a um poder judicial verdadeiramente independente e autónomo. Que o cidadão tem direito a ter acesso a um sistema judicial que seja capaz de se responsabilizar pela sua organização mínima e que seja actuado por pessoas conscientes da sua identidade profissional e da importância do seu estatuto próprio. Que o cidadão tem direito a usufruir da intervenção de um Conselho Superior de Magistratura que possa usufruir das condições legais e materiais para o desempenho efectivo do seu mandato constitucional, na integralidade das suas atribuições de garante da *independência dos tribunais*. Que o cidadão tem direito a beneficiar de estruturas associativas e representativas dos corpos profissionais da Justiça conscientes do seu papel na dignificação e no prestígio da Justiça.

Nisto do relacionamento institucional e humano entre aqueles que compõem o *corpus* judiciário reflecte-se, é verdade, muito do atavismo cultural de que padece a sociedade no seu todo. A importância do que se encontra em jogo na causa da Justiça, todavia, exige acima de tudo novas mentalidades, um nível de discurso diferente e, em última instância, por que não dizê-lo, novas e outras pessoas.

Não existe qualquer razão para dissimular que a Justiça é e sempre foi mais obra do homem do que das regras, sendo que no domínio do judiciário tem vingado uma letargia desesperante, cultivada na mais fina arte do protelar. Cenário que traz à memória a figura de *Hamlet*, personagem enigmática e complexa que tendo todas as razões e as condições para agir, aqui incluindo a sua posição de príncipe, se torna prisioneira das suas hesitações, das suas fragilidades e da sua incapacidade de agir. Quando se é incapaz de ser fica-se afinal, ultrapassadas todas as ilusões, no que é inquestionavelmente o *não ser* (reinventando aqui o dilema de Shakespeare).

- 1 Estamos a falar do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 73/2002 de 20/2/2002, publicado no DR nº 64, I- A Série, de 16/3/2002, pp. 2503 e ss., lavrado com o vencimento de apenas dois dos juizes desse Tribunal.
- 2 Refiram-se aqui, concretamente, as normas constantes dos Artºs 95º e 107º, alínea a), do Decreto-Lei nº 376/87, de 11 de Dezembro, e dos Artºs 98º e 111º, alínea a), do Decreto-Lei 343/99 de 26 de Agosto.
- 3 Ressalte-se, aqui, o texto do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 145/2000 de 21/3/2000, [relator Vítor Nunes de Almeida], publicado no DR IIª Série de 6/10/2000. Consulte-se, também, entre outros, o Ac. do TC nº 178/2001 de 18/4/2001, publicado no DR nº 133, IIª Série, de 8/6/2001, pp. 9727.
- 4 Cfr. o texto do mesmo Ac. do TC nº 145/2000, loc. cit. É a doutrina deste acórdão que depois veio a ser o núcleo central da fundamentação do Ac. do TC nº 73/2002 com força obrigatória geral.
- 5 O citado Decreto-Lei 343/99 de 26/8.
- 6 DR nº 86, Iª Série, de 12/4/2002.
- 7 “Informação Sindical nº 3 de 7/3/2002 do SFJ”.
- 8 Em face da dificuldade de reunir, de uma forma sintética, todas as ideias lançadas nesse texto, remete-se a leitura para o artigo «O “homem judiciário”» que foi dado à publicação na revista “Forum Iustitiae – Direito & Sociedade”, Ano I, nº 1, Junho de 1999, 51 e ss..
- 9 Boaventura Sousa Santos, “Reinventar a Democracia”, in «Cadernos Democráticos - Coleção Fundação Mário Soares», nº 4, Setembro 1998, 17/22.
- 10 Edgar Morin, “Complexidade e Liberdade”, in «A Sociedade em Busca de Valores - Para Fugir à Alternativa entre o Cepticismo e o Dogmatismo”, Piaget, 1998, Lisboa, 253/254.
- 11 Castanheira Neves, “Entre o legislador, a sociedade e o juiz ou entre sistema, função e problema - Os modelos actualmente alternativos da realização jurisdicional do Direito”, in «Revista de Legislação e Jurisprudência», Coimbra, ano 130, nº 3883, pp. 297.
- 12 Gomes Canotilho, “Estado de Direito”, in «Cadernos Democráticos» nº 7, Fundação Mário Soares, 1999, 40/43.
- 13 Paul Veyne, “O Indivíduo Atingido no Coração pelo Poder Público”, in «Indivíduo e Poder», obra colectiva de P. Veyne, J.-P. Vernant, L. Dumont, P. Ricoeur, F. Dolto, F. Varela e G. Percheron, edições 70, 1988, 21.
- 14 Veja-se Paul Ricoeur, “Le paradoxe de l’autorité”, in «Le Juste 2», Paris, Éditions Esprit, Philosophie, 2001, 107/123.
- 15 Sobre este domínio consultem-se, como mais incisivos, Norberto Bobbio e José Gil, nos temas “Poder/Autoridade” e “Poder”, na «Enciclopédia Einaudi», Vol. 14. Estado-Guerra, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, 44 e ss. e 58 e ss., e Pedro C. Bacelar de Vasconcelos, “Teoria Geral do Controlo Jurídico do Poder Público”, Cosmos, Lisboa, 1996, 72/79.
- 16 Cunha Rodrigues, “Sobre a Justiça no Próximo Milénio”, in «Perspectivas do Direito no Início do Século XXI», Boletim da Faculdade de Direito, Stvdia Iuridica 41, Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, 1999, 105.



Programa para a Justiça do XV Governo Constitucional

UM ESTADO COM AUTORIDADE, MODERNO E EFICAZ

Numa sociedade democrática os cidadãos têm crescentes exigências em relação à efectiva tutela dos seus direitos, liberdades e garantias. A consolidação do regime democrático propiciou as condições para a generalizada consciencialização dos direitos dos cidadãos e o sistema de justiça foi incapaz de responder com eficiência ao crescimento exponencial das solicitações da sociedade. Espartilhada em regras, processos e estruturas pouco flexíveis, a justiça acumulou dificuldades e atrasos que motivam justa apreensão.

É actualmente consensual a necessidade de promover as alterações de que o sistema de Justiça carece para estar apto a corresponder a esta nova exigência dos cidadãos, das empresas e da sociedade em geral.

O sistema de Justiça deve ser o sustentáculo dos direitos de cidadania e não um obstáculo ao exercício desses direitos.

Sem celeridade, eficácia, agilidade e efectividade não pode haver uma Justiça verdadeira: uma Justiça tardia nunca é Justiça.

Os objectivos centrais do Governo são os de prosseguir uma política de modernização da Justiça, tornando-a mais acessível aos cidadãos e mais adequada às necessidades das empresas; mais célere e ágil; reforçar as interligações e ganhos de produtividade que a informatização torna possíveis; reformar os sectores mais obsoletos e menos adaptados às necessidades da vida moderna; instituir normas de produtividade e de eficiência, de simplificação processual, de reforço das garantias dos cidadãos e da responsabilização do Estado pela administração da Justiça.

A situação presente implica a adopção de medidas de emergência destinadas a reduzir o número de pendências. Serão avaliados e ponderados os resultados obtidos com a “Bolsa de Juizes”, programa destinado a suprir as dificuldades das comarcas em que exista o maior número de pendências. Paralelamente, e na medida do possível, serão criados novos juízos ou secções extraordinárias e temporárias destinadas a aliviar o serviço dos já existentes. O Governo entende ainda ser essencial, para acudir à presente situação, intensificar e alargar a possibilidade de recurso aos assistentes judiciais.

O Governo empenhar-se-á em eliminar as condições que conduziram à actual situação e em criar um sistema judicial fluido e moderno, capaz de antecipar o previsível crescimento da litigância judicial. Nesta sede assume especial relevo a criação ou reforço de mecanismos alternativos.

Para a prossecução destes objectivos, terá de ser reequacionado o modelo de financiamento da justiça, tendo em conta as especificidades do sector.

Será, assim, posto um especial ênfase no reforço da capacidade do sistema judicial através da adopção das seguintes medidas:

- o aumento e a requalificação do parque judicial existente;

- o reforço do recrutamento e da formação de novos magistrados, quer para acorrer às necessidades geradas pela criação de novos juízos ou secções, quer para preencher as vagas abertas pela instalação de novos tribunais;

- o reforço das assessorias técnicas e dos secretariados de apoio aos juizes;

- a criação de mecanismos que libertem os juizes da prática de actos meramente burocráticos;

- o reforço dos poderes procedimentais dos secretários judiciais;

- o reforço da política de qualificação e formação contínua dos técnicos de justiça na área processual e das novas tecnologias e redefinição das exigências mínimas para preenchimento de lugares abertos nos quadros dos tribunais;

- o desenvolvimento e a ultimateção da informatização dos tribunais e a sua ligação em rede, entre si e aos restantes sistemas do sector da Justiça;

- a revisão do modelo da acção executiva, através da criação de mecanismos expeditos para conferir eficácia ao sistema de penhoras e de liquidação de bens, com salvaguarda da necessária intervenção do tribunal nas matérias de natureza jurisdicional;

- o alargamento dos meios de recurso a formas não jurisdicionais de composição de conflitos, incentivando a mediação, a conciliação e a arbitragem;

- o reforço do projecto dos julgados da paz e a criação de jurisdições especializadas.

A melhoria do sistema de acesso à Justiça constitui, outrossim, um objectivo prioritário do Governo.

A actual dispersão e proliferação de diplomas legislativos obriga a um esforço consequente e persistente de coordenar toda a política legislativa no sentido de criar um corpo sistematizado e coerente de leis, a par da necessária condensação da legislação existente.

As possibilidades abertas pela *Internet* recomendam a adopção de medidas que facilitem o acesso dos cidadãos a informação rigorosa e actualizada dos principais actos legislativos em vigor.

Ainda em matéria de acesso ao sistema de Justiça, e em estreita colaboração com a Ordem dos Advogados, o Governo apoiará a criação de uma entidade cuja missão será a de regular a atribuição a Advogados de patrocínios officiosos.

O Governo considera também indispensável a modernização das áreas de administração da Justiça vocacionadas para as empresas.

Assim, será efectuado um esforço especial na área do direito comercial, na sua vertente processual, com vista a proceder à revisão do processo de recuperação de empresas e de falência, com especial ênfase na sua agilização, bem como dos modos e procedimentos da liquidação de bens e pagamentos aos credores; pretende-se, com este objectivo, garantir a menor perda possível de valor dos activos das empresas falidas e dos direitos de todos os intervenientes na vida da empresa

(accionistas, trabalhadores, credores e gestores).

Promover-se-á a revisão da legislação, nomeadamente a relativa ao direito da concorrência, bem como o enquadramento jurisdicional da aplicação desse direito.

Preconiza-se, ainda, a consolidação e desenvolvimento da experiência dos tribunais de comércio, de molde a torná-los gradualmente no foro especializado para as questões de natureza económica.

No que se refere ao funcionamento do sistema de justiça, o Estado Português não se pode eximir da sua responsabilidade perante o seu defeituoso funcionamento, matéria que deu já origem a variadas condenações no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

O Governo considera necessário definir de forma mais exacta o conteúdo da responsabilidade civil do Estado por actos praticados pelos seus órgãos, serviços ou agentes, promovendo a revisão da respectiva legislação e do quadro jurisdicional da sua efectivação.

Será, igualmente, dado corpo às medidas necessárias à plena execução da reforma do contencioso administrativo, designadamente as relacionadas com a entrada em funcionamento dos novos tribunais.

Noutro plano, considera o Governo absolutamente necessário proceder à privatização do notariado, sem prejuízo da garantia de acessibilidade universal a esse serviço público.

Com esta reforma de grande alcance, Portugal vai ao encontro do modelo que prevalece na maioria dos restantes países da União Europeia e, em simultâneo, adequa o sistema às crescentes exigências e complexidades das sociedades modernas.

É convicção do Governo que este é o modelo que melhor concretiza as exigências de celeridade, eficiência e modernização deste relevante serviço, sem prejuízo da indispensável fé pública dos actos notariais.

Será prosseguida a informatização das conservatórias e criadas novas conservatórias nos locais onde o atraso do serviço e o crescimento do mesmo revele a necessidade de reforço dos meios existentes, com especial atenção à criação, sempre que tal se justifique, de novas conservatórias de registo comercial.

A informatização do sector de registos será efectuada de forma interligada com os cartórios notariais e com os tribunais, pretendendo-se, igualmente, dar início ao processo de microfilmagem dos registos ainda existentes em livros.

Serão reforçadas e aperfeiçoadas as experiências iniciadas com as lojas do cidadão e com os centros de formalidades de empresa, tendo em vista a desburocratizarão e a simplificação do relacionamento entre a Administração, o cidadão e as empresas.

Em concretização das alterações ocorridas na última revisão constitucional, no domínio da política criminal, o entendimento do Governo é, também, muito claro: aos órgãos de soberania – Assembleia da República e Governo – compete, no quadro dos seus poderes, a definição da

política criminal; ao Ministério Público cabe, no respeito pela sua autonomia, participar na sua execução.

São estes os princípios que balizarão a acção do Governo neste domínio, devendo cada qual – órgãos de soberania e Ministério Público – agir em conformidade, assumindo, na plenitude, os seus poderes e responsabilidades constitucionais.

Ainda no domínio penal, o Governo entende privilegiar as acções de tutela dos interesses das vítimas de crimes, a eficácia do combate ao crime, a salvaguarda dos direitos dos arguidos, a humanização do sistema prisional e a eficiência do sistema de reinserção social.

É particularmente importante para o Governo o apoio às vítimas de crimes, reforçando, se necessário, as atribuições, as competências e os meios do respectivo sistema de protecção e estabelecendo, entre outras medidas, parcerias especiais com as instituições particulares de solidariedade social.

O sistema prisional será melhorado através da construção de novas prisões, projectadas em moldes que tenham em atenção a eficácia dos fins a que se destinam e a humanização da vida dos reclusos, devendo, igualmente, ser reforçados os meios dos centros penitenciários de alta segurança.

Merecerá especial atenção do Governo a questão das medidas preventivas, devendo ser postos em prática os mecanismos que permitam a separação da população prisional de diferente perigosidade, com especial preocupação para os reclusos mais jovens que, excepcionalmente, devam ser objecto de medidas preventivas de privação de liberdade.

Ainda no domínio da delinquência juvenil o Governo considera que é necessária a revisão do actual quadro normativo aplicável, à luz das novas realidades emergentes das diversas formas de criminalidade.

O Governo porá em prática, assim, as seguintes medidas:

- o desenvolvimento e a complementação das medidas preventivas alternativas à privação provisória de liberdade;
- o reforço e o desenvolvimento do regime prisional hospitalar que ocorre às necessidades dos reclusos com doenças relacionadas, nomeadamente, com a toxicod dependência;
- a articulação, de forma eficiente e adequada, do Instituto de Reinserção Social com os tribunais;
- a revisão da lei de execução de penas;
- a revisão do actual regime do segredo de justiça, com a sua restrição ao período nuclear da investigação;
- a despenalização da área das transgressões, que deverão passar a contraordenações.

Finalmente, na vertente externa, o Governo dará uma particular atenção ao reforço da cooperação judicial no quadro do espaço europeu de liberdade, segurança e justiça (3º pilar da União Europeia) e à cooperação com os Países Africanos de língua oficial portuguesa.





Publicidade



4 perguntas • 12 respostas

- 1ª - Sabendo que a produtividade é um desígnio nacional, que soluções preconiza para os tribunais, tendo em conta que os recursos humanos e materiais que a comunidade pode disponibilizar são limitados e uma decisão justa implica necessariamente estudo, serenidade e ponderação, i.e., tempo?**
- 2ª - Ao tomar uma decisão o agente económico sabe que ela pode correr como não previsto. Em que medida pesa nessa tomada de decisão a eventual necessidade de recorrer aos tribunais, sabendo do actual estado dos mesmos?**
- 3ª - Tendo em conta que os juízes são titulares de um órgão de soberania que, no concerto com os demais, dá forma e concretiza o sistema político e de governo do país, como aprecia, nesta perspectiva, a sua prestação ao serviço da comunidade, designadamente a empresarial?**
- 4ª - Vem-se afirmando que os tribunais da área cível estão reduzidos a “extensões dos departamentos jurídicos de meia dúzia de grandes empresas” que se dedicam à concessão de crédito de forma massificada ou a comercialização de bens de grande consumo. Que comentário lhe suscita tal afirmação, tendo em conta que também se afirma restar um espaço reduzido para dirimir os litígios dos cidadãos e da maioria das empresas?**

• “COMUNICAR JUSTIÇA” QUESTIONA PERSONALIDADES



Dr. Jorge Pais
(Advogado,
Empresário,
Presidente do
NERPOR).

1ª Não é fácil numa meia dúzia de linhas apresentar soluções para questão tão delicada que afinal constitui a essência da problemática da aplicação da Justiça. No entanto, sempre direi que para além de aspectos processuais susceptíveis de acelerar a tramitação e conferir mais tempo à ponderação, julgo dever incentivar-se a decisão arbitral. A arbitragem pelas características específicas que encerra traduz-se normalmente numa maior envolvimento dos julgadores que, libertos de espartilhos processuais, se aproximam mais da chamada Justiça Natural com toda a mobilização que tal significa por acentuar o factor humano na aplicação da Justiça em detrimento do mero formal cumprimento dos preceitos legais. A economia processual e, por outro lado, a intensificação da vivência da matéria controversa que é colocada à apreciação dos julgadores parecem-me evidentes, permitindo uma feliz e equilibrada conjugação entre a celeridade e a ponderação indispensáveis à boa e efectiva aplicação da Justiça.

2ª - Na generalidade os agentes económicos, em especial os de menor dimensão, não se preocupam excessivamente com a possibilidade de recurso aos tribunais, fazendo parte do seu pragmatismo empresarial e do mínimo de confiança necessário às relações económicas a convicção de que não existirão problemas. Até porque se os agentes económicos tomassem em demasiada conta o eventual recurso aos tribunais tal atitude seria altamente bloqueadora da actividade económica que se não compadece com excessos de rigor e cautela. A actividade empresarial é por natureza arriscada, e o risco de se ter de ir parar a tribunal é exactamente isso – um risco. Porém, tal não significa que na medida do possível os empresários não procurem adoptar todas as precauções para evitar esse risco ou facilitar a sua solução, conscientes das enormes dificuldades de actuação economicamente eficaz dos tribunais.

3ª - Os tribunais não estão bem vistos e há manifesta falta de confiança na administração da Justiça, mas os juízes estão considerados como o último reduto da isenção na apreciação das causas, um garante de não instrumentalização das decisões, afinal o exemplo da independência. Penso pois que se separa o sistema judiciário dos juízes propriamente ditos, admitindo-se que são grande parte das vezes trucidados pela máquina burocrática do sistema. De qualquer modo, creio existir também na comunidade empresarial a ideia de que muitos juízes estarão demasiado enredados nos códigos e compêndios de ciência jurídica, vivendo muito virados para dentro do sistema, e revelando consequentemente

alguma falta de sensibilidade do país real e das complexas situações que o caracterizam, nomeadamente na difícil arte da vida empresarial.

4ª - Não há dúvida que essa meia dúzia de grandes empresas pela sua dimensão e tipo de actividade são importantíssimos clientes dos tribunais cíveis, embora me pareça excessiva a qualificação como “extensões dos departamentos jurídicos”, mas é indiscutível terem pleno direito à utilização dos tribunais. Assim, a única solução é encontrar alternativas quer de celeridade processual, que podem resultar de alguma melhoria do regime de injunções, quer de tribunais especializados, como se têm procurado criar. Vamos a ver o que nos reserva a reforma do processo civil. Têm que se encontrar mecanismos que impeçam a inundação do sistema por processos rotineiros com evidente prejuízo dos restantes clientes que igualmente têm direito à Justiça.

Dr. Moura Semedo
- Procurador Geral Adjunto Jubilado
(ex-director de Estágios do MP
no CEJ, Jurista).

1ª - Pensamos que para atingir maior produtividade nos Tribunais seria essencial aproveitar bem os recursos humanos e materiais disponibilizados pela comunidade, deixando ao juiz tempo suficiente para decidir e libertando-o de tarefas administrativas, designadamente de natureza ligada à gestão do tribunal.

Seria interessante criar comissões de mediação de conflitos, a nível de círculo judicial. Estas seriam as primeiras a tomar contacto com o litígio procurando conciliar as partes.

Quanto às questões criminais, entende-se que ao Ministério Público poderiam ser dadas funções agora da competência do Juiz de Instrução.

Parece que os casos de suspensão provisória do processo deveriam ser ampliados, impondo-se ao arguido regras de conduta a favor da comunidade.

A matéria contravencional, mesmo em sede de recurso, deveria ser tratada numa estrutura administrativa específica, retirando-a aos tribunais.

O Tribunal Colectivo só deveria intervir em casos de ilícito penal punível com prisão superior a dez anos.

Nos Tribunais Singulares deveriam criar-se assessores designadamente nas comarcas sede de círculo judicial.

Seriam de 500 processos por ano o número limite de casos a atribuir a cada juiz.

Interessava uma maior especialização dos tribunais.

Reduzir os casos de alegações escritas e ampliar as situações de gravação da prova mesmo por iniciativa do tribunal.

2ª - Os agentes económicos nas decisões

que tomam contam em certa medida com a necessidade de recorrer aos tribunais se essa decisão não corre conforme se previra.

Dada porém, a relativa morosidade da justiça, aqueles agentes preferem muitas vezes sacrificar interesses em vez do recurso à justiça e procurando resolver extrajudicialmente as questões resultantes da sua actividade económica.

É que a celeridade dessas resoluções é essencial para a boa marcha da vida económica.

3ª - A actividade dos juízes como titulares de um órgão de soberania é essencial ao bom funcionamento do sistema democrático, em conjugação com os outros centros de poder do estado.

A comunidade, designadamente a empresarial, vê nos juízes a possibilidade da defesa dos seus interesses e do bom funcionamento das instituições do estado. Pareceria de interesse criar organismos de aconselhamento técnico no que respeita às actividades económicas junto dos tribunais. Neste domínio é relevante o apoio na área económico-financeira e contabilística.

4.º - É um facto que a expansão da concessão de crédito de forma massificada ou a comercialização de bens de grande consumo por parte de grandes empresas, arrastou para os tribunais uma litigiosidade que se limita a resolver questões ligadas essencialmente à cobrança de dívidas. Seria criar comissões de conciliação neste domínio, libertando os tribunais dessas situações e deixando-lhes tempo para tratarem das questões ligadas à actividade comum dos cidadãos e das empresas de tipo tradicional.

Parece-nos que aquelas comissões deveriam funcionar junto dos grandes centros de decisão ligados às empresas inicialmente referidas.



Tiago Franco
Jurista
Ex-Director do
Jornal “Euronotícias”
Actualmente
Administrador da Ipsis

1ª - A produtividade não é um desígnio nacional, deve pelo contrário, ser encarada como uma consequência de uma política de educação e estímulo dos recursos humanos. Os tribunais sofrem exactamente da falta dessa política, ao mesmo tempo que nos últimos anos, a justiça tem sofrido um processo de erosão junto dos meios de comunicação social, o que a tem levado à descredibilização. Aliás, a relação governo-ministério público tem sido um factor que tem contribuído para essa descredibilização.

2ª - Não se pode limitar decisões de gestão à morosidade dos tribunais, nem se deve criar mecanismos e meios, que impliquem

o aparecimento de empresas, como “os cobradores do fraque” que pretendem substituir-se à justiça.

A Justiça e nomeadamente os tribunais têm que se adaptar ao modelo de desenvolvimento económico e social do país. A Espanha, por exemplo, nos últimos seis anos, avançou e muito na “justiça económica e empresarial”, quer ao nível das relações entre empresas, quer ao nível do combate à fraude económica e fiscal.

Por outro lado, a falta de preparação dos magistrados relativamente aos novos processos de engenharia económica deve ser encarada pelo novo governo como uma prioridade no capítulo da formação. Sem preparação não se atinge decisões equilibradas.

3ª - Muito mal. Os cursos de direito, só nos últimos anos têm feito um esforço ao desenvolver cadeiras jurídico-económicas de modo a pelo menos terem uma base para entender as relações entre empresas, que são muitas vezes bastante complexas.

Por outro lado, existe actualmente uma grande diferença de formação económica entre os advogados, especialmente os dos grandes escritórios, os magistrados e o ministério público.

Os grandes escritórios são hoje verdadeiras escolas de direito económico e comercial, ao passo que a formação da magistratura e do ministério público deixa muito a desejar.

Por isso é urgente rever o capítulo da formação de modo a que a falta de preparação, não condicione a boa justiça.

4ª - Vivemos hoje em Portugal um problema de défice. Défice das finanças públicas, défice de educação, défice de justiça, défice de saúde, défice de moral, défice no endividamento das famílias portuguesas, etc.

Como tal é fácil constatar que a realidade económica e financeiras das empresas e famílias tem um reflexo directo no sistema judicial.

Se pensarmos que mais de 90% do chamado *double income mensal* (receitas) das famílias portuguesas vai para pagar compromissos assumidos com crédito é fácil perceber a quantidade de processos que existem nos tribunais por falta de pagamento de prestações com os compromissos assumidos.

Por outro lado, a questão de ter sido estabelecida a prática costumeira das relações comerciais entre empresas nos acordos de pagamento entre 60 a 90 dias, - contra tudo o que é prática corrente na União Europeia - é fácil perceber que o modelo de desenvolvimento português está esgotado e precisa urgentemente de ser revisto, com o risco de o sistema judicial não aguentar.

Deste modo não há receitas milagrosas, mas é fundamental que a relação entre particulares, empresas e as instituições financeiras, ou de outra natureza como por exemplo, as telecomunicações tem que ser rapidamente alteradas.

Em primeiro lugar o sistema tem que ser moralizado. As sentenças devem recorrer a pressões morais sobre os infractores, de modo a serem também os juízes os catalisadores da reforma moral do sistema.

Em segundo, devem fazer eco nos meios de comunicação social das advertências morais dessas sentenças, podendo conduzir ao processo de mudança. Porque só comunicando e bem o sentido da justiça, ela é entendida por quem de direito e por quem tem responsabilidades pela gestão do país.



Publicidade

40 Anos
de Café

Há 40 anos a servir o melhor café

Delta
CAFÉS

A Verdade do Café.



Livros

Apresentamos neste número do Comunicar Justiça dois ensaios do Juiz Conselheiro José Maria Rodrigues da Silva que desenvolvem, sem qualquer margem para dúvidas, uma das mais impressionantes - embora pessoal e daí sempre controversa - visões de um pensador português sobre o Estado de direito, a Justiça, a contemporaneidade, a sociedade mediática e a figura do Juiz, no enquadramento com a problemática das magistraturas.

Expõe Rodrigues da Silva na sua obra *“Democracia ou Telecracia? Uma Nova Ideologia”*:

«Em meados da década de oitenta, quando escrevi *O Homem e o Poder* nas horas deixadas livres pelo meu intenso labor de juiz, a sociedade já era uma sociedade mediática mas a democracia não era ainda uma democracia de opinião, esse misto de telecracia e de democracia participativa que domina o presente e faz com que os poderes do Estado se dividam entre poderes legais e poderes reais, com estes a serem protagonizados pelo par *“Media/Opinião”*, pelo poder económico e por vezes - em alguns Estados, mas não em Portugal - pelo titular de um poder legal do Estado: o juiz. (...)» (pp. 8).

«Em meados da década de noventa, quando escrevi *A (Pós)- Modernidade e o Estado de direito democrático*, a intervenção

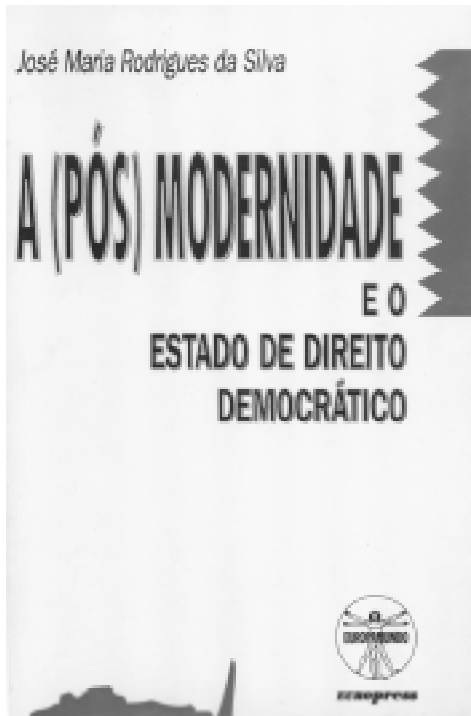
um ar pós-moderno que reflecte a soberania da imagem, a democracia participativa, os poderes reais do Estado que conflituam com os legais. (...)» (pp. 9).

«No primeiro período, que teve lugar nos três a quatro anos subsequentes à revolução, procurou-se adequar as estruturas judiciárias ao nosso regime político democrático e reforçar as garantias de independência do poder judicial. Assim, procedeu-se à reorganização dos tribunais, à integração dos Tribunais de Trabalho no Ministério da Justiça, à definição do Estatuto dos magistrados judiciais, à criação do Conselho de Magistratura como órgão de autogoverno da magistratura judicial, ao qual passaram a caber a nomeação, colocação, transferência e promoção dos juizes, à criação do Centro de Estudos Judiciários, ao qual foi cometida a tarefa de formar os magistrados judiciais e do Ministério Público, e à institucionalização do Ministério Público como uma magistratura que, mantendo a sua estrutura hierárquica, deixa de estar dependente do poder executivo, salvo no que se refere à eleição do Procurador-Geral, adquire a qualidade de órgão de justiça e se posiciona como uma magistratura paralela à judicial, sendo a separação tão rígida que aos próprios “auditores de justiça”, que no Centro de Estudos Judiciários se preparam para o exercício de funções na judicatura ou no Ministério Público não é permitido mudar de magistratura.

As medidas tomadas nesta 1ª fase de modernização da “Justiça” portuguesa corresponderam a uma autêntica, e feliz, modernização, excepto no que se refere à institucionalização do Ministério Público como uma magistratura paralela da magistratura judicial, que está na origem das chamadas “guerras corporativas” que dilaceram hoje a “Justiça” portuguesa, em prejuízo dos cidadãos. o conselheiro Arala Chaves, então Procurador-Geral da República, pronunciou-se a favor do sistema de magistraturas unificadas, “com os magistrados do quadro único a serem providos consoante as aspirações pessoais, as necessidades e as conveniências, na judicatura ou no Ministério Público”. Era esse o sistema seguido em França, modelo que serviu de inspiração ao legislador para conceber o “Centro de Estudos Judiciários”, e em Itália, cujo Direito Judiciário era tido como o mais avançado. Mas o poder político – e a classe – optou pelo sistema da autonomia das carreiras.

Foi um erro - ou uma cedência - de consequências funestas para a “Justiça” portuguesa. Nos Estados onde o Ministério Público não é considerado magistrado mas simples autoridade, como acontece por regra nos direitos da *Common Law*, a batalha judiciária, porque travada entre as partes, não compromete o tribunal. E algo de análogo sucede nos Estados da *Civil Law*, como a França, onde o Ministério Público é considerado magistratura mas continua dependente do poder político pois, nesses casos, embora goze - aliás como em Portugal - de mais poderes que a defesa, continua a

ser parte. Mas, nos Estados onde o Ministério Público é considerado magistrado e “órgão da justiça”, é da mais elementar prudência que as magistraturas sejam unificadas, por forma a que a batalha pela liderança tenha natureza individual e não colectiva, se suscite entre magistrados e não entre magistraturas. Não se quis assim. E o resultado de não se ter querido assim foi a eclosão das “guerras corporativas” - a



expressão é da imprensa - que dilaceram hoje a “Justiça” portuguesa e que são uma consequência necessária do sistema e não uma perversão dos magistrados. (...)» (pp. 133/135).

«Cremos que a alteração do modelo de estudos do CEJ - que está em curso - ajudaria, se bem orientada, a resolver o futuro da “Justiça” em Portugal, que depende basicamente da formação. Para resolver o presente, porém, seria indispensável que, antes do mais, se fizesse a reforma de que depende o termo das impropriamente chamadas “lutas corporativas”, que são confrontos de poder inerentes à bicéfala “Justiça” portuguesa, dividida entre magistraturas paralelas que assentam em classes profissionais com interesses divergentes: a reunificação das magistraturas - curso único e quadro único - com os magistrados a serem providos, de acordo com as suas preferências, na judicatura ou no Ministério Público. Transitariamente, poderiam os actuais juizes e magistrados gozar de preferência no concurso aos lugares abertos a que vinham pertencendo.

Ultrapassadas assim as “lutas corporativas”, impor-se-ia, também como reforma preliminar, que se parasse com a extensão do consumismo ao Direito e à “Justiça”, que entre nós encontra um poderoso aliado no velho vício do governante português de fazer continuamente novos Códigos e leis gerais, obrigando desse modo a que os “automatismos” de que depende a “forma” dos operadores de justiça – como dos desportistas – tenham de ser continuamente refeitos.

Realizadas estas duas reformas básicas - o progresso do Direito não resulta do contínuo refazer da lei - bastaria reduzir os expedientes processuais dilatórios, informatizar os serviços das secretarias judiciais e dotar o juiz de serviços de apoio, para se eliminarem, no essencial, as causas da “crise da Justiça” em Portugal. (...)» (pp. 140/141).

O Autor:

José Maria Rodrigues da Silva nasceu em Almada no dia 16/5 de 1932 e licenciou-se em Direito, na cidade de Lisboa, em 1957, prosseguindo em 1958 o Curso Complementar de Ciências Jurídicas. Quando estudante experimentou a poesia e o ensaio, tendo dirigido em 1957 a “Página Literária” do *Jornal de Almada*. Foi advogado, professor do ensino liceal particular, juiz nos Tribunais de Trabalho - de cuja jurisdição foi juiz-formador -, nas Relações de Évora e de Lisboa, no Supremo Tribunal Administrativo e no Tribunal Superior de Justiça de Macau, vice-presidente da Associação para o Progresso do Direito e presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses. É presentemente juiz-conselheiro jubilado.

Representou a Ministério da Justiça e os Tribunais de Trabalho em diversas Comissões. Foi relator para o processo laboral, no âmbito do Conselho da Europa e representou Portugal em Genebra no Seminário sobre “A Eliminação do Trabalho Infantil”, organizado pela ONU - Direitos do Homem.

As Obras aqui referenciadas:

“A (Pós) Modernidade e o Estado de Direito Democrático”, Europa, Lisboa, 1994.

“Democracia ou Telecracia? Uma Nova Ideologia”, Chaves Ferreira, Lisboa, 1999.



Publicidade

SEMINÁRIO 1º Aniversário

O arguido e a sua defesa



Centro Nacional de Exposições e
Mercados Agrícolas

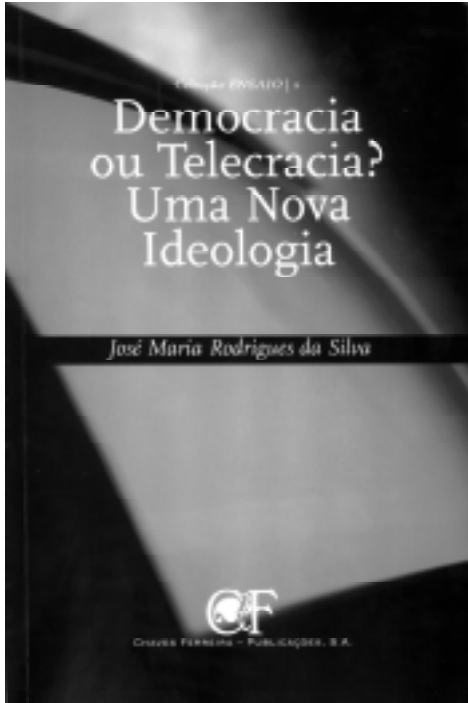
Santarém, 1 de Junho de 2002

ASSOCIAÇÃO FORENSE DE
SANTARÉM

Pc. N. 500 298 228
Edifício do Palácio da Justiça
Campo Sá da Bandeira
2000-024 SANTARÉM
Tel.: 243 305 150 • Fax: 243 327 791

TRANSCRIÇÕES DE AUDIÊNCIAS
DE JULGAMENTO
TRATAMENTO DE TEXTO
E SUPORTE INFORMÁTICO

Contacto: Rita Sardinha - 938353393



dos media, com realce para o media hegemónico que é a televisão, na vida político-social tinha-se intensificado e a democracia de opinião era já uma realidade. O pós-moderno já tinha substituído o moderno na vida quotidiana, na economia, na política, no saber, na moral, na cultura, no imaginário. (...)» (pp. 9).

« Em 1998/99, ou seja, no presente, quando escrevi *Democracia ou Telecracia? Uma Nova Ideologia*, a mediatização estrutura quase integralmente a vida social e política, reforça a padronização dos comportamentos e desrealiza a existência. Mas, ao desrealizar a existência, faz perigar o que constitui o “nervo central das culturas humanas; a estabilidade, a solidez dos sentidos da vida”. A democracia de opinião obriga o governo a “governar à vista”, empobrece o discurso político que tem de se adaptar à velocidade da imagem e faz com que o Estado se assemelhe, hoje mais do que ontem, a Jano, o deus de duas caras, com uma das caras a ostentar um ar moderno que reflecte a soberania popular, a democracia representativa, os poderes legais em que se divide o Poder, e a outra a ostentar



Publicidade

TOYOTA

A Nova Força Automóvel.

SLC LISBOA

NOVA GERAÇÃO COROLLA. UMA QUESTÃO DE QUALIDADE.

SLC. Uma nova organização Toyota, para uma Nova Geração Corolla, com uma nova geração de pessoas. Um novo projecto que merece que você o conheça, agora que a marca Toyota regressa mais forte e renovada que nunca. Para conhecer tudo o que a SLC Lisboa tem para lhe oferecer, visite as nossas instalações. Descubra o show-room vanguardista, atractivo e envolvente. As oficinas com os mais avançados equipamentos de assistência Toyota, onde a tecnologia se junta a uma vasta equipa de técnicos altamente qualificados. E, claro, o atendimento personalizado que fazemos questão que conheça. Novos argumentos para se juntar a este novo mundo Toyota. SLC. A Nova Força Automóvel.

SLC Lisboa

Av. D. José I, Nº 79A/81
2720-177 Amadora
Fax: 214 961 253

Avenida do Brasil - Edifício Toyota
2700-135 Amadora
Fax: 214 961 253

Estrada de Paço d'Arcos, 48A
2780-666 Paço d'Arcos
Fax: 214 401 666

Linha Directa: 707 200 253



REFORMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

JUÍZES DO TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO TOMAM POSIÇÃO

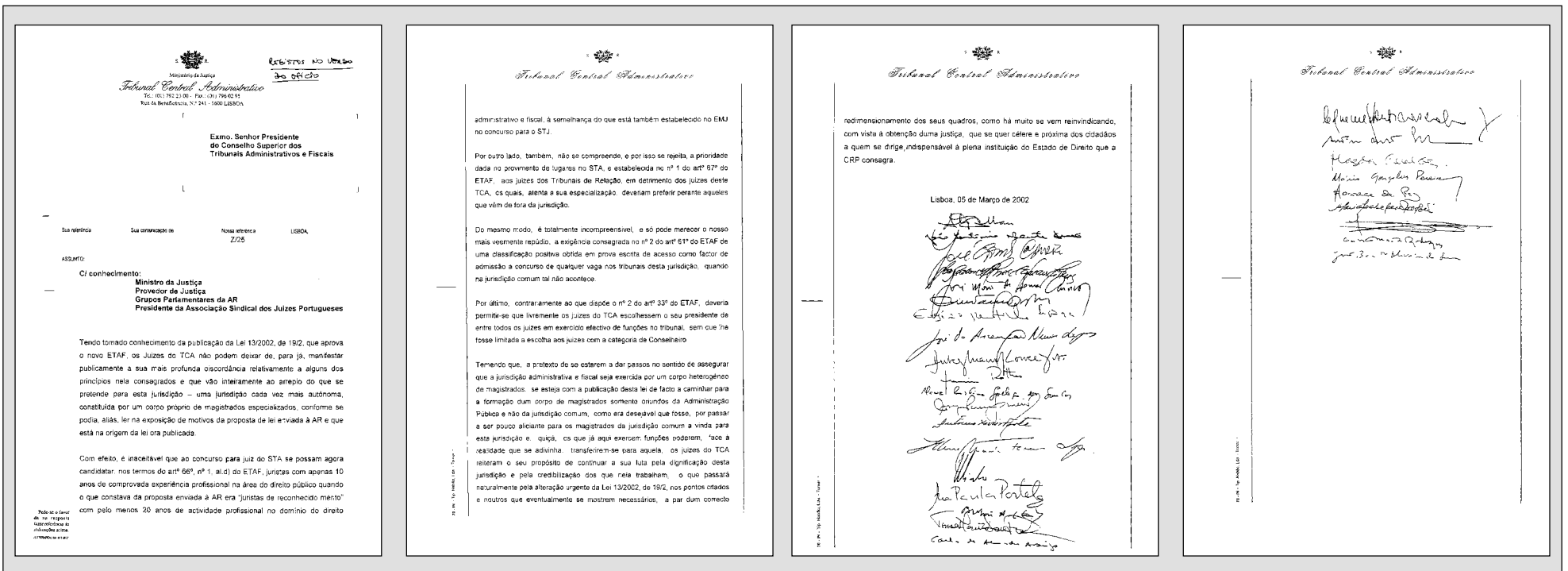
Texto integral da exposição feita pelos Juízes Desembargadores do Tribunal Central Administrativo a Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, com conhecimento a Suas Excelências os Senhores Ministro da Justiça, Provedor de Justiça, Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Tendo tomado conhecimento da publicação da Lei 13/2000, de 19/2, que aprova o novo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, os Juízes do Tribunal Central Administrativo não podem deixar de, para já, manifestar publicamente a sua mais profunda discordância relativamente a alguns dos princípios nela consagrados e que vão inteiramente ao arrepio do que se pretende para esta jurisdição – uma jurisdição cada vez mais autónoma, constituída por um corpo próprio de magistrados especializados, conforme se podia, aliás, ler na exposição de motivos da proposta de lei enviada à Assembleia da República e que está na origem da lei ora publicada.

Deste modo, é totalmente incompreensível, e só pode merecer o nosso mais veemente repúdio, a exigência consagrada no n.º 2 do artigo 61.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais de uma classificação positiva obtida em prova escrita de acesso como factor de admissão a concurso de qualquer vaga nos tribunais desta jurisdição, quando na jurisdição comum tal não acontece.

Por último, contrariamente ao que dispõe o n.º 2 do artigo 33.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, deveria permitir-se que livremente os juízes do Tribunal Central Administrativo escolhessem o seu presidente de entre todos os juízes em exercício de funções no tribunal, sem que lhe fosse limitada a escolha aos juízes com a categoria de Conselheiro.

Temendo que, a pretexto de se estarem a dar passos no sentido de assegurar que a jurisdição administrativa e fiscal seja exercida por um corpo heterogéneo de magistrados, se esteja com a publicação desta lei de facto a



Com efeito, é inaceitável que ao concurso para juiz do Supremo Tribunal Administrativo se possam agora candidatar, nos termos do artigo 66.º, n.º 1, al. d) do ETAF, juristas com apenas 10 anos de comprovada experiência profissional na área do direito público quando o que constava da proposta enviada à AR era “juristas de reconhecido mérito” com pelo menos 20 anos de actividade profissional no domínio do direito

Por outro lado, também, não se compreende, e por isso se rejeita, a prioridade dada no provimento de lugares no Supremo Tribunal Administrativo, e estabelecida no n.º 1 do artigo 67.º do ETAF, aos juízes dos Tribunais da Relação, em detrimento dos juízes deste Tribunal Central Administrativo, os quais, atenta a sua especialização, deviam preferir perante aqueles que vêm de fora da jurisdição.

caminhar para a formação dum corpo de magistrados somente oriundos da Administração Pública e não da jurisdição comum, como era desejável que fosse, por passar a ser pouco aliciante para os magistrados da jurisdição comum a vinda para esta jurisdição e, quiçá, os que já aqui exercem funções poderem, face à realidade que se avizinha, transferirem-se para aquela, os juízes do Tribunal Central Administrativo reiteram o seu propósito de continuar a sua luta pela dignificação desta jurisdição e pela credibilização dos que nela trabalham, o que passará naturalmente pela alteração urgente da Lei 13/2000, de 19/2, nos pontos citados e noutros que eventualmente se mostrem necessários, a par dum correcto redimensionamento dos seus quadros, como há muito se vem reivindicando, com vista à obtenção duma justiça, que se quer célere e próxima dos cidadãos a quem se dirige, indispensável à plena instituição do Estado de Direito que a constituição da República Portuguesa consagra.

PARTICIPE, CRITIQUE E DÊ SUGESTÕES.
ESTE JORNAL É O SEU JORNAL.
AGUARDAMOS NOTÍCIAS SUAS.

E-mail: agosjud@clix.pt